



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjo.jus.br/>
Anexo I do Tribunal

Edital nº 53 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2026 - UASG 925814 COMPRASGOV n.º 90003/2026		
OBJETO	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PORTAIS DETECTORES DE METAIS DO TIPO PÓRTICO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, TREINAMENTO DOS OPERADORES E MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE SEGURANÇA DAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO	
SRP? SIM	VALOR ESTIMADO: R\$ 1.439.200,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos reais)	
DATA DA ABERTURA DO CERTAME: 20/02/2026, às 13:30 horas (horário de Brasília) Sítio Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br		Pregoeiro: Agno Paixão Saraiva
Vistoria? () SIM (X) NÃO	Amostra/Protótipo? (X) SIM () NÃO - Vide item 3.4 do TR	Atestado de Capacidade Técnica: (X) SIM () NÃO
AMPLA PARTICIPAÇÃO		
Pedido de Esclarecimento e Impugnações: Até dia 13/02/2026 Endereço eletrônico: cpl@tjo.jus.br		Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio: Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-1441 e e-mail: cpl@tjo.jus.br .
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.		
ATENÇÃO A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021. Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento. A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo. Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou .XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR). Acompanhe as sessões públicas realizadas por esta Corte de Justiça pelo endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/ , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: https://www.tjo.jus.br/informacoes/licitacoes		

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 25.0.000021917-0

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do TCE/TO n.º 181/2015, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho e 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Decreto 11.462/23 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 25.0.000021917-0, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o **REGISTRO DE PREÇOS** destinado à **aquisição de portais detectores de metais do tipo pórtico, incluindo instalação, treinamento dos operadores e manutenção corretiva para atender às necessidades de segurança das unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro **Agno Paixão Saraiva**, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria n.º 769, de 27 de fevereiro de 2025.

DATA: 20 de fevereiro de 2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 hs

SÍTIo ELETRÔNICO OFICIAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto o registro de preços para futuras contratações pelo TJ/TO consistentes no **fornecimento de portais detectores de metais do tipo pórtico, incluindo instalação, treinamento dos operadores e manutenção corretiva**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.2 - A licitação será realizada em único item.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.2.1 – tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei n.º 14.133/2021;

2.2.2 – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7.º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei n.º 14.133/2021;

2.2.3 – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei n.º 8.666/1993;

2.2.4 – estejam elencadas no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

2.2.5 – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2.º da Resolução n.º 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

2.2.6 - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

2.2.7 - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.8 - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.9, em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

2.3 – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.3.1 – SICAF (Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

2.3.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.3.3 – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

2.3.4 - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

2.3.5 – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021;

2.4 – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

2.5 – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.

2.7 – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.6 do Termo de Referência.

2.8 – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n.º 8.538/2015.

2.9 – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1 – A licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme disposto no inciso IV do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021;

3.2 – A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes nos anexos deste edital.

3.2.1 – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

- 3.3** – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.
- 3.4** – O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.
- 3.4.1** - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.
- 3.5** – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 3.5.1** - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.
- 3.6** – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.
- 3.7** – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.
- 3.8** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 3.9** – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.
- 3.9.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 3.10** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 4.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 4.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.6** – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 4.7** – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.
- 4.7.1** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.7.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.8** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO.

- 5.1** - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.
- 5.2** – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.3** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.4** - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores aquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.4.1** - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.5** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).
- 5.5.1** - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.6** - Poderá o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 5.7** - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.8.
- 5.8** - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
- 5.8.1** – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- 5.8.2** - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;
- 5.9** – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 5.10** – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.8.
- 5.11** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 5.11.1** - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 5.3 deste Edital.
- 5.12** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 5.12.1** – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).
- 5.13** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 5.14** – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.14.1** - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

- 5.14.2** - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.
- 5.15** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 5.15.1** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.16** – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 5.16.1** – A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.
- 5.17** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.18** - Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.19** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.**
- 5.21.1** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.2** - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:
- I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
 - II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
 - III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
 - IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
 - V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
 - VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros
- 5.21.3** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.22** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n.º 14.133/2021, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 5.22.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 5.22.2** - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.22.3** - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.
- 5.23** – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.23.1** - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.
- 5.24** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 6.1** - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.2** - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.
- 6.3** – Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 6.3.1** – Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:
- a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;
 - b)** não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 6.3.2** – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.
- 6.4** - Constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.
- 6.4.1** - Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO

- 7.1** – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO por ITEM**.

CAPÍTULO VIII – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

- 8.1** - O Pregoeiro solicitará ao licitante, provisoriamente vencedor, que apresente amostra do produto para realizar análise e avaliação de sua conformidade com as especificações definidas no Anexo I do Edital, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.1.1** - A licitante provisoriamente classificada e convocada deverá disponibilizar e instalar a amostra do produto ofertado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável, mediante justificativa, por igual período, contado a partir da solicitação do Pregoeiro e da consequente suspensão da sessão pública, para fins de avaliação técnica da conformidade de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no Anexo I do Edital (Termo de Referência).
- 8.1.2** - A amostra apresentada será submetida a testes de aceitação para comprovação de funcionamento e desempenho operacional em consonância com as características técnicas e operacionais exigidas neste Termo de Referência. Os equipamentos poderão ser novos ou usados para essa fase e poderá ficar em poder da Administração por até 3 (três) dias úteis.
- 8.2** - O teste de aceitação do equipamento será realizado em uma instalação definida entre a ADMINISTRAÇÃO e o PROPONENTE, na cidade de Palmas - TO.

8.3 - No caso de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta será desclassificada/recusada.

8.4 - Caso a amostra seja reprovada, a proposta será recusada e, obedecidas a ordem de classificação, será convocada a próxima licitante classificada para negociação; caso o seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, a licitante apresentará a sua amostra, estando esta sujeita às mesmas condições e assim sucessivamente.

8.5 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, sendo devolvidas à licitante no estado em que se encontrar após avaliação técnica, não gerando direito a ressarcimento.

8.6 - As amostras deverão ser retiradas pela empresa, em até 30 (trinta) dias, após a homologação do certame, sob pena de descarte dos materiais pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem direito a ressarcimento.

8.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.8 - As demais disposições estabelecidas no item 3 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 - O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2 - Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3 – A proposta deverá conter todas as características e especificações técnicas do fabricante em conformidade com as especificações do edital.

9.1.3.1 - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de catálogos, *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhes acerca das especificações técnicas dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

9.1.4 - A proposta ainda deverá conter:

a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) indicação de preço em real, com indicação do **valor unitário e total** da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.5 - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 - A proposta será desclassificada quando:

a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.7 - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.9 - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.10 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

9.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2 - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 - Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO

10.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.1 - Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.1.2 - Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência.

10.2 - Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.2.1 - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

10.3 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante forneceu adequadamente bem compatível com o objeto da presente licitação, em quantidade no mínimo igual a 10% do quantitativo do item na qual foi vencedora no certame originário a ARP que se pretende.

10.3.1.1 - Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

10.3.1.2 - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

10.3.1.3 - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

10.3.1.4 – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

10.3.1.4.1 - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

10.3.2 – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

a) Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2) Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

a.3) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

a.4) **Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.**

a.5) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

10.4 – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.4.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

10.6 - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.6.1 - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.7 – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.2 – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.3 – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.2 – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.9 – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.10 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.10.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.10.3 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.11 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

10.12 – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.12.1 – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

a) identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;

b) atuação no mesmo ramo de atividades;

c) data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

f) identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

10.12.2 – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.12.3 – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretam a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

10.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.

CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XII - DO RECURSO

12.1 – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

12.1.1 – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

12.1.2 – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.1.3 – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

12.2 – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

13.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado por item à(s) vencedora(s) do certame.

13.3 – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

13.4 – Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO nº 06/2021 (Anexo IV do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

14.2 – A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 25.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

14.3 – Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 14.2.

14.4 – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.4.1 - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

14.5 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

14.5.1 - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

14.5.2 - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

14.5.3 - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

14.5.4 – Findo o prazo do subitem 15.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.5 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo IV do Edital).

14.6 – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 14.4 a 14.5 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

14.7 – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

14.8 – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

14.9 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

15.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.1.2 - A assinatura da Ata de Registro de Preços será de forma eletrônica, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo, devendo o licitante efetivar sua assinatura por meio de seu representante legal, com poderes para tal, no prazo previsto no item 15.1.

15.1.3 - A Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos deste edital e da proposta vencedora.

15.2 - A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da licitante vencedora nos termos do item 15.3, será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

15.2.1 - O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

15.2.2 - Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

15.3 - No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

15.4 - A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

15.5 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

16.2 - Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

17.1 - O TJ/TO é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

17.2 - As solicitações de adesão (carona) à Ata de Registro de Preços serão admitidas mediante apresentação da documentação necessária pelo órgão interessado e deverão ser formalizadas exclusivamente junto ao sítio [Compras.gov.br](https://compras.gov.br), sistema integrado utilizado pelo TJTO para a realização de licitações e divulgação de contratações. A Divisão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - DCC será responsável pelo acompanhamento, controle e lançamentos junto ao referido sistema.

17.3 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

17.3.1 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

17.3.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

17.3.3 - Consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do FORNECEDOR.

17.4 - A autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo FORNECEDOR.

17.4.1 - O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

17.5 - Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.6 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

17.7 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrados observados os requisitos do item 17.3.

17.8 - Caberá ao FORNECEDOR optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados na Ata, e desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os limites de adesão previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

17.9 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

Dos limites para as adesões

17.10 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

17.11 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

17.12 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CAPÍTULO XVIII – DO ACIONAMENTO DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA:

18.1 - As aquisições decorrentes da Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.

18.2 - Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.

18.3 - A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:

18.3.1 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas na Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.4 - No acionamento da Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.

18.4.1 - A Unidade Demandante do TJ/TO será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a comprovação motivada da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, podendo esta ser realizada com o auxílio da Central de Compras.

18.5 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.6 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

18.6.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

18.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

18.8 – Quando ocorrida a hipótese prevista no item 18.5, o TJ/TO, observada a ordem de classificação do certame, poderá convocar os fornecedores constantes do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços.

18.9 – O registro do cadastro de reserva será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

18.9.1 – O registro das demais licitantes a que se refere o item 18.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

18.10 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no presente edital, nos termos do art. 82, *caput*, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21.

CAPÍTULO XIX – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

19.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

19.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

19.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

19.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 20.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

19.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

19.3.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

19.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

19.4.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

19.4.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 20, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

19.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 19.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

19.7. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.8. A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

19.9. Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

20.1. O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

20.1.1. A pedido, quando:

- Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

20.1.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

20.1.3. Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

20.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

20.2. Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 20.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

20.3. A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e
- Quando não restarem fornecedores registrados.

20.4. Se não obtiver êxito nas negociações ocorridas no item 19, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CAPÍTULO XXI - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

21.1 – São obrigações do fornecedor, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

21.1.1 - manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da execução das contratações dela decorrentes as condições de habilitação e de qualificação;

21.1.2 - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

21.1.3 - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

21.1.4 - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

21.1.5 - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

21.1.6 - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros;

21.1.7 - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

21.1.8 - Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

21.1.9 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.10 - Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

21.1.11 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seu anexo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

21.1.12 - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

21.1.13 - A CONTRATADA deve dispor de canal de comunicação direto e/ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual para as aberturas dos chamados de assistência técnica, por meio do qual poderá(ão) ser realizado(s) o primeiro atendimento e sanados problemas de fácil resolução;

21.1.14 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.1.15 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

21.1.16 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.1.17 - Atender durante toda a contratação, se for o caso de enquadramento, as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, conforme abaixo, pertinentes à natureza do objeto deste Contrato, sob a pena de rescisão contratual:

21.1.17.1 - NR 1 – Disposições Gerais;

21.1.17.2 - NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

21.1.17.3 - NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que vai interagir com a CIPA do Tribunal de Justiça do Estado;

21.1.17.4 - NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

21.1.17.5 - NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

21.1.17.6 - NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

21.1.17.7 - NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

21.1.17.8 - NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

21.1.17.9 - NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

21.1.17.10 - NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;

21.1.17.11 - NR 35 – Medidas de proteção para o trabalho em altura.

21.1.18 - A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

21.1.19 - Não contratar, ou admitir como sócios, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento ou exercentes de função gratificada da mesma natureza ou, ainda, de magistrados vinculados ao Poder Judiciário do Estado.

CAPÍTULO XXII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referência **R\$ 1.439.200,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e nove mil e duzentos reais)** e será consignado:

Unidade Gestora: 060100- FUNJURIS

Classificação Orçamentária - PI: 0601.02.122.1145.4368

Natureza de Despesa: 44.90.52

Fonte de Recursos: 1.760

CAPÍTULO XXIII – DA FORMA DE PAGAMENTO

23.1 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal, sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

23.1.1 - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

23.1.2 - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

23.2 – Caberá ao fornecedor apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XIV deste edital.

23.3 - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

23.3.1 - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

23.3.1.2 - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

23.4 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

23.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

23.6 - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

23.7 - Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 23.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

23.8 - As demais disposições estão contidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

CAPÍTULO XXIV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

24.1 – O fornecedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

24.1.1 - O prazo de convocação de que trata o item 24.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

24.1.2 – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

24.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

24.3 – Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

24.4 - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

24.5 - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Termo de referência (ANEXO I) do edital.

24.6 - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

24.7 – O fornecedor deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

24.8 - O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXV - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

25.1 – O prazo de entrega dos equipamentos solicitados pelo TJ/TO ao fornecedor beneficiário é de no máximo 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

25.1.1 - Caso recaia sobre final de semana ou feriado, o objeto deverá ser entregue no próximo dia útil.

25.2 – A instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega.

25.3 - A entrega do objeto deverá ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em qualquer uma das unidades do Tribunal de Justiça, os quais poderão ser consultadas no ANEXO IV.

25.4 – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

25.4.1 – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

25.5 – As demais disposições do item 6 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XXVI - DO REGIME DE EXECUÇÃO

26.1 – O fornecedor deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo TJ/TO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

26.1.1 - Caso recaia sobre final de semana ou feriado, o objeto deverá ser entregue no próximo dia útil.

26.2 – Caberá ao fornecedor o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

26.3 – As demais disposições estabelecidas no item 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

CAPÍTULO XXVII - DA EXTINÇÃO

27.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a extinção do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

27.2 – A extinção do ajuste poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

II – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

III – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

27.3 – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

27.4 – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

27.4.1 - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.5 - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CAPÍTULO XXIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

28.1 – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

28.2 – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimentos.

28.2.1 – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

28.4 – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

28.4.1 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

28.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

CAPÍTULO XXIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

29.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo I do TR - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Anexo II do TR - Minuta do Termo de Recebimento Provisório.

Anexo III do TR - Minuta do Termo de Recebimento Definitivo.

Anexo IV do TR - Possíveis locais de entrega do equipamento

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo III – Minuta do Contrato;

Anexo IV – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023;

Anexo V – Estudo Técnico Preliminar

29.3 – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

29.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

29.5 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

29.6 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

29.7 – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

28.8 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

29.9 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 02 de fevereiro de 2026.

Agno Paixão Saraiva

Pregoeiro

ANEXO I

Termo de Referência nº 1037 / 2025
PRESIDÊNCIA/ASML/ASML CONTRATOS

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
02/12/2025	2.0	Primeira versão	Messias Lopes da Conceição Júnior - Mat. 353447

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de **portais detectores de metais do tipo pórtico, incluindo instalação, treinamento dos operadores e manutenção corretiva**, por meio de Registro de Preços, conforme demanda e disponibilidade orçamentária, de acordo com especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência, para atender às necessidades de segurança das unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - TJTO, com base na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 e regulamentado no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Instrução Normativa 04 de 31 de janeiro de 2023.

1.1.2. A aquisição de portais detectores de metais, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça, será realizada conforme quantitativos e especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
01	<p><u>PORTAL DETECTOR DE METAIS DO TIPO PÓRTICO</u></p> <p>1. CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS</p> <p>1.1. A estrutura do pórtico deverá ser construída em material lavável, indeformável, dotados de bordas à prova de impactos proporcionando uma eficiente proteção mecânica e de umidade, a exemplo do Acrilonitrila butadieno estireno – ABS, ou outro material termoplástico rígido e leve, com características similares ao ABS.</p> <p>1.2. Não serão aceitos pórticos com madeira e derivados, tais como o MDF - Medium Density Fiberboard em seu acabamento exterior.</p> <p>1.3. O acabamento melamínico típico (de fábrica) das chapas de MDF não é válido para atestar esta proteção;</p> <p>1.4. A estrutura deverá atender no mínimo o padrão IP54 (norma ABNT NBR IEC 60529);</p> <p>1.5. Possuir compartimento destinado aos componentes elétricos/eletrônicos localizado na parte superior do pórtico, e deverá possuir vedação que impeça o acesso involuntário e ainda ser resistente a intempéries;</p> <p>1.6. A estrutura deve ser suficientemente robusta e resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pela passagem de pessoas;</p> <p>1.7. Possuir invólucros protetores nas bases das peças verticais do pórtico, onde devem ser instaladas as antenas de transmissão e de recepção do equipamento;</p> <p>1.7.1. Os invólucros devem possuir altura mínima de 100 mm (cem milímetros), devem ser imunes à penetração de água, ser resistentes a impactos mecânicos e possuírem dispositivos para fixação no piso;</p> <p>1.8. Não possuir cantos ou pontas angulosas, pontiagudas ou afiadas, que possam causar danos em pessoas ou roupas;</p> <p>1.9. Possuir todos os componentes padronizados e intercambiáveis;</p> <p>1.10. Possuir altura interna (vão livre) de 2,0 m a 2,20 m;</p> <p>1.11. Possuir largura interna (vão livre) entre os painéis de 0,70 m a 0,80 m;</p> <p>1.12. Possuir profundidade de 0,45 m a 0,70 m;</p> <p>1.13. Possuir peso máximo 100 Kg.</p> <p>2. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS</p> <p>2.1. Possuir fonte de alimentação elétrica com ajuste automático para variações de tensão de 100 a 240 VAC- 60 Hz (cem a duzentos e quarenta volts alternados, sessenta hertz), na linha de entrada, sem qualquer intervenção do operador e sem afetar o desempenho do detector;</p> <p>2.2. Possuir imunidade a surtos de tensão e transientes elétricos em conformidade com a IEC 61000-4-4/61000-4-5. Deverá apresentar laudo de laboratório credenciado pelo INMETRO, ou por entidade estrangeira legalmente reconhecida e competente, tais como:</p> <p>2.2.1. <i>Dft (Department for Transport - Unit Kingdom)</i>;</p> <p>2.2.2. <i>ECAC (European Civil Aviation Conference)</i>;</p> <p>2.2.3. <i>STAC (Service Technique de l'Aviation Civile), discriminando a marca e o modelo do pórtico a ser ofertado</i>;</p> <p>2.2.4. <i>TSA (Transport Security Administration)</i>.</p> <p>2.3. Possuir dispositivo de plugue embutido que permita a conexão elétrica, na parte superior do portal com cabo de 3,00 m de comprimento;</p> <p>2.4. Possuir proteção contra curto-circuito e sobrecarga;</p> <p>2.5. Possuir dispositivo para desligamento geral do equipamento;</p> <p>2.6. Possuir dispositivo estabilizador de energia elétrica, interno, contendo uma unidade de armazenamento de energia (nobreak), com capacidade de manter a operação plena do pórtico por, no mínimo, 90 minutos quando da interrupção de energia na rede de alimentação comercial.</p> <p>3. CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS E DE COMUNICAÇÃO</p> <p>3.1. Possuir módulo eletrônico de processamento compacto, módulo de comunicação, módulo de bateria e fonte de alimentação elétrica adequadamente conectado e acondicionado em compartimento fechado com chave e grau mínimo de proteção IP54 (norma ABNT NBR IEC 60529);</p> <p>3.1.1. Para o ateste do grau de proteção, além de constar na documentação técnica, o módulo eletrônico deverá possuir vedação ou tampões de borracha e/ou silicone nos orifícios e outros locais que possam sofrer ações externas.</p> <p>3.1.2. O módulo eletrônico deve ser fixado na parte superior do pórtico de maneira que não obstrua a área de detecção do equipamento;</p> <p>3.1.3. Os demais módulos poderão ser instalados na estrutura no pórtico, desde que não obstruam a área de detecção do equipamento.</p> <p>3.2. Possuir sensores para a realização de contagem automática de pessoas inspecionadas pelo equipamento em sentido de fluxo bidirecional;</p> <p>3.2.1. O pórtico deve possuir funcionalidade configurável (ligar ou desligar) que condicione a detecção à passagem de pessoa pela área de detecção do equipamento.</p> <p>3.3. Possuir colunas de indicadores “LED” em, no mínimo, uma das laterais do equipamento, dispostas nos dois sentidos do fluxo (entrada e saída), com opção de habilitar e desabilitar individualmente cada coluna ou operar com os dois lados simultaneamente;</p> <p>3.3.1. Tal sinalização deve indicar o local do(s) objeto(s) metálico(s) detectado(s), conduzido(s) através do portal, acendendo o nível (altura) de indicação correspondente a altura em que estes objetos foram detectados.</p> <p>3.3.2. O sistema de sinalização poderá ser o de “zonas flutuantes”, ou seja, o acendimento de mais de uma zona simultaneamente, desde que o objeto esteja dentre esta faixa. Para portais de 8 zonas, o máximo de zonas que poderão se acender simultaneamente é de até 2 (duas). Acima deste valor será considerado erro de precisão.</p>	392324	40	UND	R\$ 35.980,00	R\$ 1.439.200,00

3.3.2.1. O portal só será considerado do tipo "zona flutuante" caso o acendimento seja simultâneo. Caso contrário será considerado como detecção tolerada;

3.3.2.2. O acendimento de zona adjacente poderá ser tolerado, desde que ocorra após o acendimento correto.

3.4. Possuir indicador de alarme visual luminoso com acendimento proporcional à quantidade de massa metálica do objeto (bargraph). O indicador deverá possuir as seguintes especificações mínimas:

3.4.1. Possuir, no mínimo, **08 (oito) níveis de indicação de detecção**, com as seguintes características:

3.4.1.1. No **mínimo 03 (três) níveis na cor verde**, para acusar a presença de massa metálica com baixa intensidade, ou seja, inferior ao limiar configurado para disparar o alarme sonoro;

3.4.1.2. Desejável **pelo menos 1 (um) nível na cor amarela** para acusar a presença de massa metálica com média intensidade, ou seja, próximo ao limiar configurado para disparar o alarme sonoro; este item não é obrigatório;

3.4.1.3. Os demais níveis de indicação deverão ser da cor vermelha, com acionamento sequencial aos primeiros quatro níveis, para indicar o nível de extrapolação do limiar de massa metálica configurado para disparar o alarme sonoro.

3.4.2. Na ocorrência de detecção de massa metálica que ultrapasse o nível máximo de indicação, o pórtyco manterá todos os níveis do indicador visual luminoso da unidade de controle do pórtyco, acessos por tempo proporcional ou alarme diferenciado, configurável.

3.5. Possuir (Display) com matriz ativa (com pontos formadores de caracteres com geração de luz própria) em LED, LCD ou outra tecnologia;

3.6. O pórtyco deve possuir todas as suas funções e funcionamento controlado por microprocessadores instalados em uma CPU (Central Processing Unit);

3.7. Possuir funcionalidade de autodiagnóstico para monitorar continuamente a sua operação de forma que, ocorrendo defeito ou falha, seja alarmada e identificada a possível causa, por meio de código específico, no painel de visualização da unidade de controle;

3.8. Possuir funcionalidade de auto calibração para ajustar-se automaticamente à presença de metais e de campos magnéticos constantes em seu local de instalação;

3.9. Possuir interface para comunicação remota compatível com rede de dados padrão **IEEE 802.3**, autossense, full-duplex, utilizando protocolo TCP/IP, para transmissão de dados on-line, status operacionais, emissão de relatórios, interação das funcionalidades operacionais para parametrizações, edições de dados tais como incluir, excluir e modificar;

3.9.1. Deverá ser fornecido software para acesso aos dados da rede compatível no mínimo com computadores com sistema windows instalado. Com este software deverá ser possível:

3.9.1.1. Acessar a configuração do dispositivo e alterá-la (acesso aos comandos do painel);

3.9.1.2. Permitir visualização em tempo real da operação do portal e estatísticas de detecção;

3.9.1.3. Possuir painel gráfico que demonstre as zonas que estão sendo acionadas em tempo real, bem como sinalizar a passagem de pessoas no portal.

3.9.1.4. Neste software deve ser possível visualizar listagem de todos os portais que estão na mesma rede, e dar comandos de configuração de sensibilidade para todos ao mesmo tempo.

3.9.1.5. As operações acima devem ser protegidas por senha.

3.10. Possuir dispositivo de controle remoto sem fio para seleção de programas e nível de sensibilidade por infravermelho ou outro meio de transmissão, devendo:

3.10.1. Realizar os mesmos comandos dos botões dispostos no pórtyco;

3.10.2. Operar um ou vários pórtycos com o mesmo controle remoto (operação não simultânea).

3.11. Possuir conexão de rede TCP/IP de dados, na parte superior do portal com cabo de 3,00 metros de comprimento.

4. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

4.1. Possuir tecnologia de múltiplas zonas detectoras, com, no mínimo, **08 (oito) zonas de indicação** visual de alarmes de detecção distintos, distribuídas verticalmente no corpo do pórtyco, de modo a assegurar que a indicação luminosa de detecção de objetos metálicos ocorra correspondentemente à localização real do objeto detectado;

4.1.1. As indicações visuais de alarmes de detecção deverão ocorrer através de barramento em LED, disposto sequencialmente nas bordas do painel lateral das bobinas de transmissão (TX) do pórtyco;

4.1.2. O acionamento de cada zona de indicação visual será caracterizado pelo acendimento de seus LEDs.

4.2. Possuir detecção consistente e uniforme em toda a área interna (vão livre) do pórtyco, proporcionando a cobertura completa de inspeção do extremo superior ao extremo inferior, independentemente da posição ou orientação de passagem de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos pelo equipamento;

4.3. Possuir o mínimo de **10 (dez) programas de detecção**, pré-configurados e selecionáveis, para detecção de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de diferentes tipos, tamanhos e formatos, para aplicação no processo de inspeção de visitas;

4.4. A sensibilidade destes programas será definida em momento posterior à aprovação do LICITANTE, juntamente com a equipe do TJTO;

4.5. Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível, o pórtyco deve apresentar imunidade alta contra possíveis interferências mecânicas, elétricas e magnéticas, tais como objetos estáticos (por exemplo, grade metálica, piso reforçado de aço), objetos metálicos móveis (por exemplo, porta metálica) na proximidade do pórtyco, não requerendo intervenção de recalibração na ocorrência de diferentes cenários de interferência, sendo auto calibrável;

4.6. Quando configurado no nível de sensibilidade desejado, assim como em qualquer outro nível, o pórtyco não pode sofrer interferência de corpo humano (condutividade elétrica) e nem pode gerar alarme falso quando uma pessoa totalmente livre de objetos metálicos transitar por ele;

4.7. Possuir filtros digitais programáveis com a função de redução de interferências por ruídos elétricos e presença de campos magnéticos nos ambientes de instalação dos pórtycos;

4.8. O pórtyco deverá possuir sistema de auto-diagnose, possibilitando a verificação da performance e eficiência do mesmo;

4.9. A construção mecânica e rigidez do pórtyco devem permitir a resistência, sem sofrer danos nem deslocamento, a impactos mecânicos como colisão, choque e também pressões provocadas pelo tráfego de pessoas;

<p>4.10. Possuir contador para os seguintes registros mínimos de passagens de pessoas e alarmes:</p> <p>4.10.1. Contagem crescente de pessoas que passam;</p> <p>4.10.2. Contagem do número ou percentual de alarmes;</p> <p>4.10.3. Contagem individual das pessoas que saem;</p> <p>4.11. O equipamento deve possuir função de emissão de relatórios operacionais que possam ser exportados e, posteriormente, lidos e impressos;</p> <p>4.11.1. Os relatórios devem ser exportáveis por no mínimo um dos três meios a seguir: conexão de rede ethernet, USB 2.0 ou superior, cartão de memória SD. No caso da conexão cartão de memória SD, a exportação de dados deve ser realizada diretamente no pórtico detector de metais;</p> <p>4.12. A detecção deverá possibilitar a inspeção de no mínimo 10 pessoas por minuto;</p> <p>4.13. Temperatura operacional: Faixa mínima de -10 a +50 graus centígrados;</p> <p>4.14. Umidade relativa (sem condensação): de 0 a 95%;</p> <p>4.15. Indicador sonoro, com alarme de alta intensidade com volume e tom do alarme programável;</p> <p>4.16. A emissão eletromagnética do equipamento deve estar limitada a um nível considerado inofensivo para seres humanos (portadores de marca-passos, sistemas de apoio vital, mulheres grávidas, etc.);</p> <p>4.16.1. A comprovação deste item se dará por certificado ou laudo técnico de instituto ou laboratório, brasileiro ou estrangeiro, legalmente reconhecido, que deverá acompanhar o equipamento e ser apresentado juntamente com a amostra. Para atender a estas exigências, deverão ser observadas as normas IEC 61000-4-8; IEC 61000-4-3; IEC 61000-4-2; IEC 61000-4-6; IEC 61000-4-11; IEC 61000-4-5; IEC 61000-6-4; IEC 61000-6-3 e NIJ Standard 0601.02.</p> <p>4.17. Possuir no mínimo 02 (dois) níveis de acesso, por meios de no mínimo 03 (três) senhas programáveis por nível, para operacionalização do equipamento e suas funcionalidades, tanto local como remoto:</p> <p>4.17.1. Nível OPERACIONAL para permitir que o operador visualize os ajustes programados e as informações estatísticas;</p> <p>4.17.2. Nível ADMINISTRADOR (ou SUPERVISOR) para permitir acesso a todos os ajustes e parâmetros do equipamento, com privilégios para efetuar programações, configurações, habilitar ou desabilitar funções e parâmetros programáveis, bem como incluir e excluir novos usuários operacionais, habilitando ou desabilitando funções para o nível operacional.</p> <p>4.18. As senhas devem possuir recursos de confirmação quando na inserção destas, seja na inserção inicial, alteração ou exclusão;</p> <p>4.19. Possuir sistema para armazenamento de registros de programações e configurações dos equipamentos;</p> <p>4.19.1. Deverá armazenar no mínimo os últimos 1000 eventos com data e hora da ocorrência;</p> <p>4.20. Possuir sistema de transferência de programação e configuração simultânea para todos os equipamentos ou grupos de equipamentos instalados na dependência;</p> <p>4.21. Possuir registro dos eventos de configurações do equipamento indicando minuto, hora, dia, mês e ano, para a rastreabilidade das mesmas. Este acesso somente deverá ser realizado pelo nível ADMINISTRADOR (ou SUPERVISOR);</p> <p>4.22. O pórtico deve ser entregue completo, instalado, calibrado e pronto para entrar em operação imediata.</p> <p>4.23. O equipamento deverá possuir software de configuração local e remoto protegido por senha;</p> <p>4.24. Capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de pequenas dimensões em situações reais de ambientes penitenciários;</p> <p>4.25. A capacidade de detecção não deve mudar com o tempo e, tampouco, deve haver necessidade de recalibração do equipamento;</p> <p>4.26. O pórtico deve permitir ajustes da sensibilidade mínima de 70 (setenta) níveis diferentes, oferecendo versatilidade para operação em locais diferentes e inspeção de públicos diferentes (visitas e/ou presos). Todos os níveis de sensibilidade devem estar livres de alarmes falsos;</p> <p>4.27. Deve atender a Norma NIJ STANDARD 0601.02, que prevê parâmetros para detecção de Objetos Grandes (LO), Objetos Médios (MO) e Objetos Pequenos (SO), com detecção mínima dos corpos de provas abaixo:</p> <p>4.27.1. FAA3GUN - objeto grande ferroso;</p> <p>4.27.2. MOG41300-K - Objeto médio ferroso;</p> <p>4.27.3. MOA95052-K - Objeto médio não ferroso;</p> <p>4.27.4. SOG41400-HCK - objeto pequeno aço carbono;</p> <p>4.27.5. SOG10180-HCK - objeto pequeno ferroso;</p>					
--	--	--	--	--	--

1.1.3. Nesta contratação, será admitido o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme trata o Art. 37, da IN 04/2023/TJTO.

1.1.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações solicitadas, consoante disposto no art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

1.1.5. Será exigida dos licitantes a indicação da MARCA e MODELO do produto ofertado e o envio de imagens, prospectos, folders e ficha técnica do equipamento para fins de aceitação do produto ofertado.

1.1.6. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021

1.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.2.1. A ausência de um sistema eficaz de controle de acesso nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) gera riscos significativos à integridade de magistrados, servidores, visitantes e ao patrimônio público. A adoção de medidas preventivas é imprescindível para mitigar esses riscos, especialmente diante de ocorrências envolvendo o ingresso de pessoas armadas ou portando materiais perigosos. A implementação de portais detectores de metais do tipo pórtico atende diretamente às diretrizes estabelecidas pela **Resolução CNJ nº 435/2021**, que determina a adoção de equipamentos de inspeção e controle de acesso no âmbito do Poder Judiciário.

1.2.2. A contratação visa à aquisição e instalação desses equipamentos nas unidades jurisdicionais e administrativas do TJTO, com quantitativo definido a partir de mapeamento realizado pela Assessoria Militar (ASMIL). Esse levantamento considerou o número de fóruns, comarcas, unidades administrativas, bem como o fluxo de pessoas e as características estruturais de cada localidade, garantindo dimensionamento adequado e sem excessos.

1.2.3. O quantitativo estimado de até **40 (quarenta)** unidades assegura cobertura integral e padronizada em toda a estrutura organizacional do Tribunal, permitindo a uniformização dos procedimentos de inspeção, o fortalecimento das medidas de segurança e a prevenção de incidentes.

1.2.4. A implementação dos portais proporcionará ambiente mais seguro, ordenado e confiável para magistrados, servidores e cidadãos, reforçando a credibilidade institucional, prevenindo a entrada de itens perigosos e contribuindo para o bom funcionamento dos serviços judiciais. A medida ainda promove maior eficiência administrativa e transparência na gestão dos recursos públicos.

1.2.5. No que se refere a contratações anteriores, registra-se que o TJTO já realizou aquisições de portais detectores de metais por meio dos Processos SEI nº **13.0.0000.37515-7** (ano de 2014) e **16.0.000004104-5** (ano de 2016). Os equipamentos adquiridos à época tornaram-se **inservíveis**, sendo totalmente desinstalados e baixados do patrimônio em **2022**, em razão da inadequação às necessidades atuais e da obsolescência tecnológica. Dessa forma, **não existe contrato vigente** para o objeto, e os equipamentos anteriormente adquiridos **não atendem mais** às especificações técnicas hoje exigidas, tampouco às diretrizes da Resolução CNJ nº 435/2021, o que reforça a necessidade e urgência da presente contratação.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. Licitação pública

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Tendo em vista que os equipamentos a serem adquiridos, **portais detectores de metais**, enquadram-se como bens de **uso comum**, a modalidade de licitação será o **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

2.3. Indicação justificada da adoção ou não do Sistema de Registro de Preços

2.3.1. Devido à natureza do objeto, não será possível prever com exatidão o quantitativo de equipamentos a serem demandados pela Administração Pública durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no artigo 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. Embora as quantidades estimadas para as unidades a serem atendidas estejam devidamente registradas, a demanda real dependerá de fatores como prioridade orçamentária, contingências e eventuais modificações nas unidades atendidas.

2.3.2. Contudo, isso não implica que o quantitativo total do objeto não tenha sido devidamente previsto. A totalidade das quantidades foi claramente estipulada e apresentada no processo licitatório, sendo refletida no planejamento da licitação. As demandas futuras, que ocorrerão durante a validade da Ata de Registro de Preços, estarão limitadas ao quantitativo previamente estabelecido e fixado no edital da licitação.

2.4. Indicação justificada do critério de julgamento da contratação

2.4.1. A contratação será realizada pelo critério de **Menor Preço**, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Esse critério foi escolhido para assegurar a melhor relação custo-benefício, estimular a concorrência e garantir a entrega adequada dos portais detectores de metais, respeitando os princípios da eficiência, transparência e economicidade, e atendendo de forma eficaz às necessidades do Tribunal de Justiça.

2.5. Indicação justificada do critério de adjudicação da contratação

2.5.1. A adjudicação será realizada para o item único, considerando as quantidades necessárias e atendendo à proposta que apresentar o menor preço e cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital. Essa abordagem visa garantir maior concorrência e resultar em uma proposta mais vantajosa para o TJTO.

2.6. Indicação justificada da possibilidade de participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de empresas consorciadas será vedada, uma vez que o objeto deste certame, que consiste na **aquisição de portais detectores de metais**, não apresenta complexidade que justifique tal modelo. O mercado conta com diversas empresas capazes de executar o objeto de forma isolada, possuindo a experiência necessária para a realização da contratação com eficiência. Além disso, a natureza da contratação não exige grandes investimentos nem envolve serviços de alta especialização que demandariam a participação de consórcios. Com isso, a escolha pela vedação ao consórcio visa garantir maior **eficiência** e **simplicidade** no processo licitatório, assegurando que a execução do objeto seja realizada de forma célere e com a devida especialização.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requiera a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

2.8. Aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006

2.8.1. Não será reservada nenhuma cota do objeto para a contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte; cota essa prevista no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Isso ocorre, pois, a divisão da contratação em lotes não seria vantajosa à Administração Pública, gerando custos adicionais com a existência de múltiplos prestadores de serviço de manutenção e assistência técnica, dispêndio com treinamento e capacitação de pessoal para a operação de diferentes equipamentos, maiores esforços com a gestão e manutenção de dois contratos distintos; sendo assim, essa demanda enquadra-se no artigo 49, inciso III, da referida Lei.

2.9. Indicação de direito de preferência

2.9.1. Não é aplicável ao objeto da presente contratação.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde se comprove que a empresa licitante forneceu, no total, equipamentos de mesma natureza do objeto licitado, em quantidade no mínimo igual a 10% do quantitativo do item na qual foi vencedora no certame originário a ARP que se pretende;

3.3. O atestado de capacidade técnica visa verificar experiência anterior da empresa na execução de objeto idêntico ao contratado, sua finalidade é, também, a de demonstrar que a licitante atuou no ramo pertinente ao objeto.

3.4. Da apresentação de amostra e teste de aceitação durante o certame

3.4.1. Encerrada a sessão pública com a declaração da empresa vencedora da fase de lances deste pregão, a empresa vencedora terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis mediante justificativa por igual período, para disponibilizar e instalar amostras dos equipamentos e respectivos acessórios, a serem avaliados pela Comissão de Aceitação, formada pela equipe técnica, ficando facultada às demais empresas licitantes a participação da análise técnica a ser realizada na data e horário a serem definidos pelo pregoeiro na Ata de Realização de Pregão Eletrônico.

3.4.2. A amostra apresentada será submetida a testes de aceitação para comprovação de funcionamento e desempenho operacional em consonância com as características técnicas e operacionais exigidas neste Termo de Referência. Os equipamentos poderão ser novos ou usados para essa fase e poderá ficar em poder da Administração por até 3 (três) dias úteis.

3.4.3. O teste de aceitação do equipamento será realizado em uma instalação definida entre a ADMINISTRAÇÃO e o PROPONENTE, na cidade de Palmas - TO.

3.4.4. Caso a empresa tenha equipamentos da mesma marca/modelo ofertados para o certame e instalados nesta capital, o Tribunal de Justiça poderá considerá-los como amostra, cujas características poderão ser avaliadas através de diligência.

3.5. Características do teste de amostra

3.5.1. Os testes a realizar estarão descritos no Caderno de testes.

3.5.2. Os corpos de prova utilizados serão providenciados pelo TJTO, constituindo-se de corpos de prova com invólucros, de modo a mantê-los isolados de interferência magnética externa e livres de deterioração, conforme os padrões da Norma NIJ acima informada. Os corpos de prova estarão à disposição para vistoria na data dos testes.

3.5.3. Os testes de passagem terão no mínimo 10 passagens para cada posição de cada uma das 6 posições do corpo de prova, em 3 alturas diferentes, sendo 5 passagens no fluxo de entrada, e 5 passagens em sentido contrário (fluxo de saída).

3.5.4. Quando da realização dos testes, o corpo de prova somente deve ser detectado (acendimento) pela zona no qual corresponder à passagem, não podendo ser detectado por zonas não correspondentes, à exceção do já descrito no item 3.3.2., ou seja, permitido o acendimento simultâneo de zona adjacente ao local de passagem limitado a duas zonas simultâneas.

3.5.5. A tolerância de acendimento posterior de zona imediatamente adjacente não poderá ser mais do que 4 vezes a cada sessão de 20 passagens, observando-se ainda o disposto no item 3.3.

3.5.6. A tolerância de acendimento posterior de zona não adjacente será de apenas 1 (uma) vez a cada sessão de 20 passagens, porém a zona correta deverá sempre acender primeiro. Caso supere a tolerância, o equipamento será reprovado.

3.5.7. A falha de detecção (nenhum acendimento) não será tolerada. O equipamento será reprovado.

3.5.8. Para realização dos testes da avaliação técnica, o equipamento não poderá sofrer qualquer tipo de alteração de sensibilidade (parametrização/configuração). Uma vez definidos no início de cada teste a ser realizado, deve ser mantido até o final de sua execução.

3.5.9. O licitante poderá requerer a repetição dos testes de passagem (detecção) por apenas mais 1 (uma) vez, porém não poderá fazê-lo apenas para um corpo de prova específico. Em caso de nova configuração, todos os testes de passagem deverão ser repetidos.

3.5.10. Para entendimento dos termos utilizados no caderno de teste, seguem algumas definições:

3.5.10.1. Detecção perfeita: quando o dispositivo é detectado e a zona correspondente à altura de passagem se acende, sem que outra zona acuse a detecção. É considerado perfeito o acendimento de duas zonas simultaneamente, desde que adjacentes ao local do objeto.

3.5.10.2. Detecção tolerada: quando o dispositivo é detectado na zona correspondente, porém se acende posteriormente uma zona adjacente à correta, acima ou abaixo, nos limites de tolerância descritos

acima.

3.5.10.3. Detecção imprecisa: quando há detecção, mas ocorre algum dos casos a seguir:

- O equipamento acende primeiro uma zona que não corresponde à altura de passagem, ainda que a zona correta se acenda depois.
- O equipamento acende uma zona que não é adjacente à altura correta da passagem do dispositivo de teste. Neste caso, mesmo que a zona correta se acenda junto ou posteriormente, a detecção é considerada imprecisa.

3.5.10.4. Falha de detecção: quando o dispositivo de teste não é detectado em nenhuma zona ou não há nenhum acendimento.

3.6. A Comissão de Aceitação fará um relatório conclusivo sobre os testes:

- Inexistindo divergências, o equipamento será aprovado;
- Existindo divergências, o equipamento será reprovado.

3.7. No caso de desaprovação da amostra, por desatendimento das especificações técnicas, o certame prosseguirá com a próxima licitante que será chamada para fornecer a amostra. A ordem de chamamento para fornecimento da amostra, caso ocorra, seguirá rigorosamente a ordem de classificação do certame.

3.8. Justificativa para apresentação de amostra

3.8.1. A apresentação da amostra é essencial para garantir que os equipamentos oferecidos atendam integralmente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência. O teste de aceitação permite validar, de forma prática, o desempenho e a qualidade dos produtos, assegurando que os equipamentos adquiridos estejam em conformidade com as expectativas de funcionamento e segurança, além de mitigar riscos de não conformidade durante a execução do contrato.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

4.1. Indicação do instrumento desejado para formalizar o ajuste

4.1.1. O instrumento jurídico a ser utilizado para formalizar o ajuste será o **contrato administrativo**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. A celebração do contrato é obrigatória, tendo em vista a necessidade de reger a execução do objeto contratado, bem como de prever as condições, responsabilidades e garantias aplicáveis, conforme estabelecido na legislação vigente e nas normas internas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

4.2. Prazo de vigência do contrato ou ajuste

4.2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data de assinatura** do contrato, para execução do objeto principal, que inclui a entrega, instalação, treinamento e início da operação dos portais detectores de metais.

4.2.2. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.3. Possibilidade de prorrogação contratual

4.3.1. Não será realizada a prorrogação da vigência do Contrato.

4.4. Fundamentação do prazo contratual

4.4.1. Art. 105 da Lei 14.133/2021.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. O contrato será executado conforme as cláusulas acordadas e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021, observando os princípios da Administração Pública. As partes responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para providências urgentes, promovendo uma gestão eficaz e a boa execução do contrato.

5.3. Após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial para apresentar o plano de fiscalização, que incluirá as obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias de execução e sanções, assegurando o cumprimento das metas e resultados estabelecidos.

5.4. Segue abaixo, a indicação dos gestores e fiscais, titulares e substitutos, do contrato.

Função	Servidor (a) Indicado (a)	Matrícula
Gestor do contrato	Messias Lopes da Conceição Júnior	353447
Gestor Substituto	Leonardo Gomes Coelho Lagares	366454
Fiscal do Contrato	Raíke Juliano de Sousa Sampaio	369042
Fiscal Substituto	Ronildo Pereira da Silva	363872

6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

6.1. A empresa contratada deverá fornecer os equipamentos conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta.

6.2. A empresa contratada deverá fornecer o objeto deste Termo no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento:

6.2.1. A ordem de fornecimento deverá ser recebida pela empresa contratada diretamente do gestor deste contrato, a qual indicará detalhadamente o quantitativo de cada item e o local de entrega.

6.2.2. Caso haja solicitação por parte do contratante ou empresa contratada para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. Deveres e responsabilidades da Contratante:

- Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;
- Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- Proporcionar condições para a execução do objeto deste Termo;
- Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato;
- Rejeitar os materiais que não atendam às especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Termo;
- Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos materiais fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada;
- Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

7.1.11. A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2. Deveres e responsabilidade da Empresa contratada:

7.2.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Termo;

7.2.2. Manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

7.2.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.2.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato;

7.2.6. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.2.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.8. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

7.2.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

7.2.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seu anexo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.2.11. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.2.12. A CONTRATADA deve dispor de canal de comunicação direto e/ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual para as aberturas dos chamados de assistência técnica, por meio do qual poderá(ão) ser realizado(s) o primeiro atendimento e sanados problemas de fácil resolução;

7.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.2.14. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.2.15. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.2.16. Atender durante toda a contratação, se for o caso de enquadramento, as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, conforme abaixo, pertinentes à natureza do objeto deste Contrato, sob a pena de rescisão contratual:

7.2.16.1. NR 1 – Disposições Gerais;

7.2.16.2. NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

7.2.16.3. NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que vai interagir com a CIPA do Tribunal de Justiça do Estado;

7.2.16.4. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

7.2.16.5. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

7.2.16.6. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

7.2.16.7. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

7.2.16.8. NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

7.2.16.9. NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

7.2.16.10. NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;

7.2.16.11. NR 35 – Medidas de proteção para o trabalho em altura.

7.2.17. A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

7.2.18. Não contratar, ou admitir como sócios, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento ou exercentes de função gratificada da mesma natureza ou, ainda, de magistrados vinculados ao Poder Judiciário do Estado.

8. REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Mecanismos de comunicação

8.1.1. As comunicações e determinações do gestor do contrato à contratada serão feitas por escrito, via e-mail, admitindo-se, em caráter excepcional, comunicação verbal que deverá ser reduzida a termo. A contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail profissional da empresa, bem como, número telefônico fixo e móvel para contato direto com o representante legal da empresa.

8.1.2. É de responsabilidade da Contratada, manter em perfeito funcionamento o meio de contato indicado, comunicando ao Contratante qualquer interrupção ou falha, providenciando, imediatamente, outra forma de contato similar.

8.1.3. A Contratada deverá indicar funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao Contratante durante o horário de atendimento normal da Contratada, bem como seu respectivo substituto, em caso de afastamentos.

8.2. Descrição da entrega do produto

8.2.1. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo fixado neste Termo de Referência, os bens, conforme especificado, de acordo com as necessidades do CONTRATANTE e na medida em que for solicitado, em pleno funcionamento, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes da entrega bem como pelo risco de perdas, até o efetivo recebimento do material pela CONTRATANTE.

8.2.2. Os equipamentos deverão estar devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte, manuseio, acompanhados da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is);

8.2.2. Os produtos e/ou equipamentos deverão ser embalados individualmente e todos os itens deverão ser novos e originais do fabricante, não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reprocessados ou usados.

8.3. Prazos de entrega ou de execução do objeto

8.3.1. A entrega será realizada por meio de frete gratuito no prazo máximo de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa plausível e aceita pelo CONTRATANTE, desde que as justificativas sejam apresentadas junto com documentos que comprovem os motivos do atraso;

8.3.2. A instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega;

8.3.3. Em caso de impossibilidade da entrega nos termos convencionados no item 8.3.1, o prazo poderá ser estender por até 30 (trinta) dias corridos, mediante justificativa aceita pelo Contratante;

8.4. Local e horário para a entrega dos produtos ou para a execução do objeto

8.4.1. A entrega do objeto deverá ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em qualquer uma das unidades do Tribunal de Justiça, os quais poderão ser consultadas no ANEXO IV.

8.4.2. O dia e o horário para entrega e instalação dos equipamentos deverão ser agendados previamente com a ASMIL CONTRATOS pelos e-mails asmiltjto.contratos@gmail.com e asmil@tjto.jus.br.

8.5. Forma de execução do objeto

8.5.1. A contratada deverá proceder ao fornecimento, instalação e treinamento operacional dos equipamentos objeto desta contratação, em conformidade com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e em sua proposta comercial, para cada unidade onde serão instalados os Pórticos Detectores de Metais.

8.5.2. Fica estabelecido o quantitativo mínimo de 12 (doze) unidades a serem adquiridas no pedido inicial referente ao item registrado.

8.5.3. Deverá fornecer treinamento presencial de uso e operação do pórtico detector de metais, no local instalado, em no máximo **05 (cinco) dias úteis** a contar da instalação do equipamento, aos servidores que serão responsáveis pela operação do sistema;

8.5.4. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas para o fornecimento ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do CONTRATO.

8.5.5. A CONTRATADA deverá oferecer material didático em português, que servirá de auxílio nas instruções oferecidas, bem como emitir certificado após conclusão do treinamento para os servidores indicados que participarem efetivamente.

8.6. Cronograma de realização dos serviços

8.6.1. Em razão da natureza do objeto da presente contratação, não se aplica a confecção de cronograma predefinido, a empresa contratada deverá fornecer o objeto deste Termo nos termos convencionados no item 8.3.1.

8.7. Previsão dos recursos necessários para execução do contrato (recursos materiais, instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado)

8.7.1. Para a execução do contrato de fornecimento e instalação de portais detectores de metais, deverão ser disponibilizados os seguintes recursos:

8.7.1.1. Recursos Materiais:

- a) Portais detectores de metais tipo pórtico;
- b) Cabos, conectores e acessórios necessários para instalação e operação;
- c) Software de monitoramento e controle de passagens.

8.7.1.2. Instalações:

- a) Espaços adequados para instalação dos portais, garantindo fluxo seguro de pessoas;
- b) Pontos de energia elétrica e, quando necessário, acesso à rede de dados;
- c) Área de armazenamento temporário para os equipamentos.

8.7.1.3. Equipamentos:

- a) Ferramentas para instalação, calibração e manutenção;
- b) Equipamentos de proteção individual (EPIs) para a equipe técnica.

8.7.1.4. Pessoal Técnico:

- a) Engenheiro ou técnico responsável pela supervisão da instalação e operação;
- b) Técnicos especializados na montagem, calibração e manutenção;
- c) Profissional de suporte técnico disponível para treinamentos e assistência pós-instalação.

8.8. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas

8.8. Por se tratar de aquisição de bens, não se aplicam procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas para a sua execução.

8.9. Deveres e disciplina exigidos da contratada e de seus empregados, durante a execução do objeto

8.9.1. Durante a execução do contrato, a contratada e seus empregados deverão:

a) Cumprimento das Normas Institucionais: Observar rigorosamente as normas de segurança, conduta e procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, especialmente no que tange ao acesso às dependências internas e áreas restritas.

b) Postura Profissional: Manter postura ética, discreta e profissional, evitando comportamentos que possam comprometer a segurança, a imagem ou o funcionamento do Tribunal.

c) Identificação: Portar crachá ou identificação funcional da empresa contratada, visível em todos os momentos, para acesso às dependências do Tribunal.

d) Sigilo e Confidencialidade: Manter sigilo sobre informações, dados e procedimentos a que tenham acesso em razão do contrato, não divulgando ou utilizando tais informações para fins diversos daqueles previstos no objeto contratual.

e) Responsabilidade por Danos: Responder por qualquer dano causado aos bens, equipamentos ou instalações do Tribunal, decorrente de ação ou omissão de seus empregados, inclusive danos causados por negligência, imprudência ou imperícia.

f) Comunicação de Irregularidades: Comunicar imediatamente à fiscalização do contrato qualquer irregularidade, falha técnica ou situação que possa comprometer a execução do objeto, visando à adoção de medidas corretivas.

g) Uso de Equipamentos de Proteção: Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos ou exigidos para a execução das atividades, conforme as normas de segurança do trabalho aplicáveis.

h) Qualificação da Equipe: Garantir que todo o pessoal envolvido na execução do contrato esteja devidamente qualificado e treinado para operar e instalar os portais detectores de metais, conforme as especificações técnicas estabelecidas.

i) Responsabilidade Trabalhista e Fiscal: Assumir integral responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, isentando o Tribunal de qualquer responsabilidade nesse sentido.

8.10. Prazos e condições para recebimento provisório e definitivo do objeto

8.10.1. Com base nos artigos 25 e 26 da Instrução Normativa nº 07/2021, será instituída uma comissão de recebimento provisório e definitivo, nomeada pela Diretora-Geral ou por quem esta delegar competência, responsável pelo acompanhamento, conferência e aceitação dos bens entregues.

8.10.2. O TJ-TO emitirá, em até cinco dias corridos após a entrega dos bens, o termo de recebimento PROVISÓRIO, que deverá ser assinado pelos membros da comissão. Este termo servirá para verificar preliminarmente se os bens entregues estão em conformidade com as especificações do contrato.

8.10.3. Após a conferência completa da qualidade e quantidade dos bens e a constatação de sua conformidade, o TJ-TO emitirá o termo de recebimento DEFINITIVO, que deverá ser assinado pela comissão no prazo máximo de quinze dias corridos a contar da expedição do termo de recebimento provisório.

8.10.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime o fornecedor da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos bens, nem da responsabilidade ético-profissional pela correta execução do objeto, conforme previsto em lei e na Ata de Registro de Preços.

8.10.5. Caso sejam identificados vícios, defeitos ou incorreções nos bens fornecidos, o fornecedor deverá, às suas custas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os itens afetados.

8.11. Condições para substituição ou refazimento durante a fiscalização

8.11.1. Caso insatisfatório as verificações acima, será lavrado um Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades; nessa hipótese, o item do objeto do Edital em questão, será rejeitado, devendo ser substituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas;

8.11.2. Caso a substituição não ocorra em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, ou o(s) produto(s) seja(m) rejeitado(s), estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de sanções;

8.11.3. Os custos decorrentes da eventual substituição ou correção em algum produto correrão exclusivamente à conta da CONTRATADA;

8.11.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, quando da sua utilização, dentro do prazo de garantia;

8.12. Prazo de garantia ou de validade

8.12.1. A CONTRATADA dá o prazo de garantia dos equipamentos pelo período não inferior a **60 (sessenta) meses**, cuja vigência terá início depois do recebimento definitivo do objeto;

8.12.2. A garantia deverá cobrir obrigatoriamente todos os defeitos de fabricação, instalação, funcionamento, inclusive contra avarias durante o transporte até o local da entrega;

8.12.3. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos equipamentos fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA. Nesses casos, o equipamento, componentes ou peças deverão ser substituídos por NOVOS e ORIGINAIS, sem ônus para o CONTRATANTE;

8.12.4. A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para o CONTRATANTE, toda a evolução tecnológica em software, a qual deverá ser integrada aos equipamentos instalados durante o prazo de vigência da garantia;

8.12.5. A CONTRATADA deverá garantir a existência de peças e partes para reposição, de acordo com o **art. 32, do Código de defesa do Consumidor**;

8.12.6. O atendimento técnico deverá ser realizado no local da instalação do equipamento, no prazo máximo de **72 (setenta e duas)** horas do recebimento de comunicação formal (por escrito, por telefone ou por e-mail) do CONTRATANTE, de segunda à sexta-feira, das 9h às 18hs, previamente acordado com o Fiscal do contrato;

8.12.7. A assistência técnica deve contemplar todos os procedimentos necessários para manter o equipamento de segurança em perfeitas condições de funcionamento, incluindo a substituição de peças ou do equipamento que apresentar defeito, a serem fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE;

8.12.8. A remoção do equipamento, peças ou componentes, quando necessária para a execução dos serviços de assistência técnica (manutenção corretiva) em oficina da CONTRATADA, ou outro local, por ela indicado, dar-se-á após autorização prévia do Fiscal do contrato, sem custo adicional para o CONTRATANTE, quanto às despesas referentes à retirada, remessa, devolução e a posterior reinstalação;

8.12.9. A CONTRATADA deverá apresentar relatórios com informações sobre os serviços executados e sobre anormalidades ou falhas eventualmente observadas no equipamento, sempre que realizada manutenção técnica através dos e-mails asmiltjo.contratos@gmail.com e asmil@tjto.jus.br.

8.12.10. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica no local de instalação do equipamento, e, caso não seja possível, a remoção do equipamento se dará sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, mediante substituição do equipamento por outro semelhante ou de melhor qualidade durante o período de conserto do equipamento substituído.

8.12.11. A CONTRATADA deverá prestar atendimento a uma chamada técnica no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da abertura do chamado e a solução total do problema não poderá exceder a 05 (cinco) dias úteis a contar da abertura do chamado.

8.12.12. Entende-se por garantia a cobertura de todo e qualquer defeito, avaria, desgaste ou disfunção ocorrida no objeto, independentemente de ser ou não decorrente de falha na fabricação. A exclusão de responsabilidade sob alegação de uso incorreto somente será admitida após reconhecimento pela CONTRATANTE;

8.12.13. A empresa deverá entregar os certificados de garantia juntamente com os equipamentos, devendo o prazo de garantia iniciar-se após o recebimento e aceite por parte da CONTRATANTE;

8.13. Condições e prazos para substituição ou refazimento durante a garantia

8.13.1. Durante o prazo de garantia a parte ou peça defeituosa deverão ser substituídas sem ônus para o CONTRATANTE, e, estas deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados do produto, sempre "novas e de primeiro uso", não podendo ser recondicionadas, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado;

8.13.2. A contratada fica obrigada durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou componentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo, o fabricante não mais o produza - a proceder à substituição por produtos e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores;

8.13.3. Os chamados para acionamento da garantia, serão abertos pela equipe técnica da ASMIL e/ou Fiscal do contrato.

8.13.4. Não sendo possível a recuperação do equipamento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, durante o período de garantia, deverá ser providenciada a substituição do mesmo por um equipamento equivalente ou superior, em caráter provisório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Após a constatação de impossibilidade de reparo em até 15 (quinze) dias corridos, a substituição passará a ser definitiva, desde que o equipamento seja novo.

8.13.5. As manutenções só poderão ser efetuadas por agentes credenciados e qualificados pela CONTRATADA ou fabricante;

8.13.6. Caso ocorram 03 (três) chamadas, devidamente formalizadas, para problemas de mesma natureza e para um mesmo equipamento, a CONTRATADA deve substituir todas as partes integrantes que apresentaram defeitos, falhas ou aquela unidade defeituosa, às suas expensas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após ciência da notificação. Equipamentos e acessórios devem ser substituídos integralmente;

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1, 9.1.2 ou 9.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 11.2 deste Termo de Referência ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que

ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

10.7. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato.

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2 deste Termo, observada a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1. for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Serão observados em todas as contratações de aquisições materiais e produtos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os artigos 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 04/2023 – Das Contratações Sustentáveis (Plano de Logística Sustentável - PLS), bem como o art. 3º, inciso XVI, do Anexo III, da IN TJTO nº 04/2023, serão aplicados no que couber.

12.3. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação pertinente e suas eventuais alterações.

12.4. Os licitantes devem oferecer materiais acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

12.5. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

12.6. Em suma, a presente contratação deverá seguir as práticas dos critérios de sustentabilidade, no que couber, a fim de evitar danos ao meio ambiente, em especial contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL.

13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, conforme dispõem os arts 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

14.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

14.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

14.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

14.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

14.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

14.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

- DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO.

(NOME DA EMPRESA)_, (n.º do CNPJ), sediada (endereço completo)_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º_ e do CPF n.º_, firmado abaixo, declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação referente ao Pregão Eletrônico nº ___ do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - TJTO.

Representante da Licitante

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este Fiscal do Contrato, nomeado pela Portaria nº ___ de ___/___/_____, encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato nº ___/_____, do Processo SEI nº _____. Tendo assim procedido, este gestor conferiu o (s) Material (is) entregue (s) e atesta o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas, _____ de _____ de _____.

Fiscal do Contrato

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA
MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, este Gestor do Contrato, nomeado pela Portaria nº ____ de ____/____/____, encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO DEFINITIVO, previsto no Contrato nº ____/____, do Processo SEI nº _____. Tendo assim procedido, est e Gestor conferiu o (s) Material (is) entregue (s) e atesta o RECEBIMENTO DEFINITIVO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas, _____ de _____ de _____.

Gestor do Contrato

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA
POSSÍVEIS LOCAIS DE ENTREGA DO EQUIPAMENTO

MUNICÍPIO	LOCAL/ENDEREÇO
Palmas/TO	Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/nº Centro - Palmas.
Palmas/TO	Fórum de Palmas - Av. Teotônio Segurado, 502 Sul, Fórum Marquês São João da Palma.
Palmas/TO	Corregedoria Geral de Justiça - Quadra 103 Norte, Avenida LO 02, Conjunto 01, Rua NO 07, Lote 41 – Centro, Palmas /TO - CEP: 77001-032
Palmas/TO	Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT - Av. Teotônio Segurado, AANE- 40, Lote 03, Plano Diretor Sul Palmas/TO - CEP: 77006-332
Palmas/TO	Anexo I - Quadra ACNO II, 103 Norte, Rua NO – 11, Conjunto 03, lote 43 – Palmas /TO - CEP: 77001-036
Miracema do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Miracema do Tocantins/TO - Praça Mariano de Holanda Cavalcante, nº 802 - CEP: 77650-000, Tel: (63) 3366-1585
Miranorte/TO	Fórum da Comarca de Miranorte/TO - Rua 32, Quadra 109-A, Lote 1 - CEP: 77660-000, Tel: (63) 3355-1602
Novo Acordo/TO	Fórum da Comarca de Novo Acordo/TO - Rua Silvestrina Guimarães, s/nº - Centro, CEP: 77610-000, Tel: (63) 3369-1168
Paraíso do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins/TO - Rua 13 de maio, nº 265, Centro - CEP: 77600-000, Tel: (63) 3602-1360
Porto Nacional/TO	Fórum da Comarca de Porto Nacional/TO - Área do Centro Olímpico Ademar Ferreira da Silva, s/nº - Anel Viário, Centro - CEP: 77500-000, Tel: (63) 3363-1144
Ponte Alta do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Ponte Alta do Tocantins/TO - Rua 03, nº 645, Centro - CEP: 77590-000, Tel: (63) 3378-1408
Cristalândia/TO	Fórum da Comarca de Cristalândia/TO - Av. Dom Jaime Schuck, nº 2850, Centro - CEP: 77490-000, Tel: (63) 3354-1657
Araguacema/TO	Fórum da Comarca de Araguacema/TO - Praça Gentil Veras, nº 376 - CEP: 77690-000, Tel: (63) 3472-1155
Guaraí/TO	Fórum da Comarca de Guaraí/TO - Av. Paraná Esquina com a Rua 8, Centro - CEP: 77700-000, Tel: (63) 3464-1042
Itacajá/TO	Fórum da Comarca de Itacajá/TO - Rua C, s/nº, - Bairro Centro - CEP: 77720-000, Tel: (63) 3439-1422
Pedro Afonso/TO	Fórum da Comarca de Pedro Afonso/TO - Av. João Damasceno de Sá, nº 1000 - CEP: 77710-000, Tel: (63) 3466-1221
Araguaína/TO	Fórum da Comarca de Araguaína/TO - Avenida Filadélfia, loteamento chácara 89 A - CEP: 77813-410, Tel: (63) 3414-6623
Ananás/TO	Fórum da Comarca de Ananás/TO - Praça São Pedro, s/nº, Centro - CEP: 77890-000, Tel: (63) 3442-1580
Araguatins/TO	Fórum da Comarca de Araguatins/TO - Av. Araguaia, Quadra 89B, Lote 2, Centro - CEP: 77950-000, Tel: (63) 3474-1499
Augustinópolis/TO	Fórum da Comarca de Augustinópolis/TO - Rua Antônio Mauro do Nascimento, s/nº, Bairro Bela Vista - CEP: 77960-000, Tel: (63) 3456-1271
Colinas do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Colinas do Tocantins/TO - Rua Presidente Dutra nº 337, Centro - CEP: 77760-000, Tel: (63) 3476-1671
Colméia/TO	Fórum da Comarca de Colméia/TO - Rua 7, nº 600 - Praça da Justiça, Centro - CEP: 77725-000, Tel: (63) 3457-1361
Filadélfia/TO	Fórum da Comarca de Filadélfia/TO - Av. Prefeito Wilson Martins de Castro, Quadra 57, nº 351, Centro - CEP: 77795-000, Tel: (63) 3478-1100
Goiatins/TO01	Fórum da Comarca de Goiatins/TO - Av. Bernado Sayão, esquina com Rua Paranaíba, Quadra 12, Setor 02, Lote 174 - CEP: 77770-000, Tel: (63) 3469-1111
Itaguatins/TO	Fórum da Comarca de Itaguatins/TO - Rua Deocleciano Amorim, s/nº - Vila Lausa Maria - CEP: 77920-000, Tel: (63) 3477-1204
Tocantinópolis/TO	Fórum da Comarca de Tocantinópolis/TO - Rua XV de Novembro, nº 700, Centro - CEP: 77900-000, Tel: (63) 3471-3070
Wanderlândia/TO	Fórum da Comarca de Wanderlândia/TO - Rua Raimundo Pinto s/nº, Centro - CEP: 77860-000, Tel: (63) 3453-1138
Xambioá/TO	Fórum da Comarca de Xambioá/TO - Avenida A, Lote 6 e 12, Setor Leste - CEP: 77880-000, Tel: (63) 3473-1487
Arapoema/TO	Fórum da Comarca de Arapoema/TO - Av. Castelo Branco, nº 685, Centro - CEP: 77780-000, Tel: (63) 3435-1194
Alvorada/TO	Fórum da Comarca de Alvorada/TO - Av. Bernado Sayão, s/n, Qd. 46 Lote 01 e 02, Setor Jorge Figueiras - CEP: 77480-000, Tel: (63) 3353-1633
Araguaçu/TO	Fórum da Comarca de Araguaçu/TO - Praça Raul de Jesus Lima, nº 08 - CEP: 77475-000, Tel: (63) 3384-1211
Formoso do Araguaia/TO	Fórum da Comarca de Formoso do Araguaia/TO - Av. Hermínio Azevedo Soares, nº 150, Centro - CEP: 77470-000, Tel: (63) 3357-1291
Palmeirópolis/TO	Fórum da Comarca de Palmeirópolis/TO - Praça Limírio Viana Guimarães, nº 244, Centro - CEP: 77365-000, Tel: (63) 3386-1120
Paraná/TO	Fórum da Comarca de Paraná/TO - Rua E, Qd. 25, Lt 05, Centro - CEP: 77360-000, Tel: (63) 3371-1552
Peixe/TO	Fórum da Comarca de Peixe/TO - Av. Napoleão de Queiroz, Lt 01/16, Setor Sul, Centro - CEP: 77460-000, Tel: (63) 3356-1193

Gurupi/TO	Fórum da Comarca de Gurupi/TO - Av. Rio Grande do Norte, s/nº, Entre as Ruas 3 e 4 - CEP: 77410-080, Tel: (63) 3612-7103
Arraias/TO	Fórum da Comarca de Arraias/TO - Rua 18 Qd. 46 Lt. 10 - Setor Parque das Colinas - CEP: 77330-000, Tel: (63) 3653-1601
Dianópolis/TO	Fórum da Comarca de Dianópolis/TO - Rua do Ouro Nº 235 Qd 69 A Lt 01- Setor Novo Horizonte - CEP: 77300-000, Tel: (63) 3692-1866
Natividade/TO	Fórum da Comarca de Natividade/TO - Quadra 16, Rua "A", Esquina com a Rua "F", Lt 03, Setor Ginásial - CEP: 77370-000, Tel: (63) 3372-1414
Taguatinga/TO	Fórum da Comarca de Taguatinga/TO - Rua 21 Esquina Rua Pedro de Sousa Regino, Lt 01, Quadra 06, Loteamento Waldemar Carlos de França - CEP: 77900-000, Tel: (63) 3654-1332

ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo 25.0.000021917-0

Pregão Eletrônico - SRP Nº __/202__

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____ (cargo e nome), ato de posse de ____ de ____ de 202__, publicada no ____ de ____ de ____ de ____, portador da matrícula funcional nº _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. ____ SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, resolve **REGISTRAR O PREÇO** ofertado pela empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, conforme às disposições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. Este instrumento tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de portais detectores de metais do tipo pórtico, incluindo a instalação, o treinamento dos operadores e a manutenção corretiva, conforme especificações constantes nesta Ata.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, FORNECEDOR(ES) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	FORNECEDOR:				
	Especificação	Marca/Modelo	Und	Qtda Máxima	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins será o ÓRGÃO GERENCIADOR.

3.2. Não há Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos FORNECEDOR (ES) que:

4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.1.2. Mantiverem sua proposta original.

4.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.2. O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado na ata.

4.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14.2.

4.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A vigência desta Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DO ACIONAMENTO DA ATA, DA ASSINATURA DO CONTRATO E DO CADASTRO DE RESERVA:

- 6.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR poderá ser convocado para assinar o contrato, devendo fazê-lo dentro do prazo e condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no referido instrumento.
- 6.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do FORNECEDOR durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 6.3. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o ÓRGÃO GERENCIADOR a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo desta Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do edital, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o instrumento contratual em iguais condições.
- 6.4. As aquisições decorrentes desta Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.
- 6.5. Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.
- 6.6. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:
- 6.6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas nesta Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 6.7. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo.
- 6.8. Para a assinatura do contrato, o FORNECEDOR terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.
- 6.9. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se o FORNECEDOR mantém as condições de habilitação.
- 6.10. O instrumento de contrato vincula-se aos termos do edital que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.
- 6.11. No acionamento desta Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.
- 6.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 6.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 6.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 6.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 6.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. DO PRAZO FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:

- 7.1. O FORNECEDOR deverá fornecer os equipamentos conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta e nesta Ata.
- 7.2. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto desta Ata, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento:
- 7.3. A entrega do objeto deverá ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em qualquer uma das unidades do Tribunal de Justiça, os quais poderão ser consultadas no ANEXO IV.
- 7.3.1. O dia e o horário para entrega e instalação dos equipamentos deverão ser agendados previamente com a ASMIL CONTRATOS pelos e-mails asmiltjto.contratos@gmail.com e asmil@tjto.jus.br.

8. DO RECEBIMENTO:

- 8.1. Para o recebimento do objeto desta Ata deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 8.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:
- 8.2.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no prazo máximo de 5 dias corridos, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais;
- 8.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 15 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.
- 8.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com esta Ata:
- 8.3.1. Ao ÓRGÃO GERENCIADOR não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.
- 8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução desta Ata, nos limites estabelecidos pela lei ou por este registro de preços.

9. DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1. Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 9.2. O FORNECEDOR deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

10. DO PAGAMENTO:

- 10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.
- 10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.
- 10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.
- 10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.
- 10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.
- 10.6. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.
- 10.7. Na ausência do (a) fiscal (a) do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.
- 10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

- 10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato.
- 10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:
- 10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.
- 10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.
- 10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.
- 10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.
- 10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.
- 10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 11.1. São vedados acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, permitidas as demais alterações previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente ata poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 12.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao FORNECEDOR beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

13. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

- 13.1. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 13.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 13.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro procedimento licitatório.
- 13.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 13.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 13.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 14.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 13.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.2.
- 13.3.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 13.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 13.4.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 13.4.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 14, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação

mais vantajosa.

13.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.7. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

14.1.1. A pedido, quando:

a) Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

14.1.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

c) Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

d) Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

e) Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

14.1.3. Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

14.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2. Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 14.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

14.3. A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

a) Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e

b) Quando não restarem fornecedores registrados.

14.4. Se não obtiver êxito nas negociações previstas no item 13, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

15.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR, além de outras previstas no edital ou decorrente da natureza do ajuste:

15.1.1. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.1.2. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste Registro de Preços;

15.1.3. Assegurar os recursos necessários para custear as contratações decorrentes desta Ata, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

15.1.4. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução das contratações referentes à esta Ata;

15.1.5. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constante nesta Ata;

15.1.6. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

15.1.7. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;

15.1.8. Zelar para que, durante a vigência desta Ata e dos contratos que vierem a ser firmados, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte do FORNECEDOR, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.1.9. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

15.1.10. O ÓRGÃO GERENCIADOR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

16.1. São obrigações do FORNECEDOR, além de outras previstas no edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

16.1.1. Manter, durante a vigência desta Ata e da execução das contratações, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram o seu registro de preços;

16.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

16.1.4. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

16.1.5. Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

16.1.6. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros

16.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do ÓRGÃO GERENCIADOR;

16.1.8. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

16.1.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

16.1.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

16.1.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seu anexo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 16.1.12. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 16.1.13. O FORNECEDOR deve dispor de canal de comunicação direto e/ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual para as aberturas dos chamados de assistência técnica, por meio do qual poderá(ão) ser realizado(s) o primeiro atendimento e sanados problemas de fácil resolução;
- 16.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 16.1.16. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 16.1.17. Atender durante toda a contratação, se for o caso de enquadramento, as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, conforme abaixo, pertinentes à natureza do objeto deste Contrato, sob a pena de rescisão contratual:
- 16.1.17.1. NR 1 – Disposições Gerais;
- 16.1.17.2. NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- 16.1.17.3. NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que vai interagir com a CIPA do Tribunal de Justiça do Estado;
- 16.1.17.4. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- 16.1.17.5. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- 16.1.17.6. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;
- 16.1.17.7. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- 16.1.17.8. NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- 16.1.17.9. NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- 16.1.17.10. NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;
- 16.1.17.11. NR 35 – Medidas de proteção para o trabalho em altura.
- 16.1.18. O FORNECEDOR observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- 16.1.19. Não contratar, ou admitir como sócios, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento ou exercentes de função gratificada da mesma natureza ou, ainda, de magistrados vinculados ao Poder Judiciário do Estado.

17. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

- 17.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR é o responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 17.2. As solicitações de adesão (carona) à Ata de Registro de Preços serão admitidas mediante apresentação da documentação necessária pelo órgão interessado e deverão ser formalizadas exclusivamente junto ao sítio Compras.gov.br, sistema integrado utilizado pelo TJTO para a realização de licitações e divulgação de contratações. A Divisão de Contratos e Convênios do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins - DCC será responsável pelo acompanhamento, controle e lançamentos junto ao referido sistema
- 17.3. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 17.3.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 17.3.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 17.3.3. Consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do FORNECEDOR.
- 17.4. A autorização ÓRGÃO GERENCIADOR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo FORNECEDOR.
- 17.4.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 17.5. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 17.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 17.7. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrados observados os requisitos do item 17.3.
- 17.8. Caberá ao FORNECEDOR optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados nesta Ata, e desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e observados os limites de adesão previstos nos §§4º e 5º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo FORNECEDOR das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.
- Dos limites para as adesões**
- 17.10. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 17.11. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- Vedação a acréscimo de quantitativos**
- 17.12. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

18. DA PUBLICAÇÃO:

- 18.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação resumida desta Ata no Diário da Justiça Eletrônico – DJE.
- 18.2. A Ata de Registro de Preços será divulgada, com a indicação do FORNECEDOR e dos preços registrados no site <http://www.tjto.jus.br> / (<https://sei.tjto.jus.br/sei/modulos/tjto/licitacao/web/index.php?modalidade=atas>), a qual ficará disponibilizada durante sua vigência.
- 18.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 19.1. As sanções em caso de inadimplemento pelo FORNECEDOR das obrigações contidas nesta Ata são aquelas previstas no edital de licitação.
- 19.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 19.3. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº

11.462, de 2023).

19.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer das ocorrências previstas no item 19.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do FORNECEDOR.

20. CONDIÇÕES GERAIS

20.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do FORNECEDOR registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

20.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão contratante.

21. DO FORO:

21.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente desta Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR acima qualificados, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/202__
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº ____/202__
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/202__
PROCESSO 25.0.000021917-0

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/ nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por _____, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. _____ – SSP/____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, CEP _____, Telefone: _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a aquisição de portais detectores de metais do tipo pórtico, incluindo a instalação, o treinamento dos operadores e a manutenção corretiva, para atender as demandas do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A aquisição citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 25.0.000021917-0, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/202__, do CONTRATANTE;

1.3.2. A Ata de Registro de Preços nº ____/202__, resultado do Pregão Eletrônico – SRP nº ____/202__;

1.3.3. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em ____ de ____ de 202_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A aquisição do objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no _____, sob a modalidade _____, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.

2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.

2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO:

3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta e neste contrato.

3.2. A CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste contrato no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.2.1 – A instalação dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de entrega;

3.3 - A entrega do objeto deverá ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em qualquer uma das unidades do Tribunal de Justiça, os quais poderão ser consultadas no ANEXO IV.

3.4. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:

4.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

4.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

4.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais;

4.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da expedição do termo de recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

4.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este contrato:

4.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste instrumento contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE E GARANTIA:

5.1. A CONTRATADA concede o prazo de garantia dos equipamentos pelo período não inferior a 60 (sessenta) meses, cuja vigência terá início depois do recebimento definitivo do objeto;

5.2. A garantia deverá cobrir obrigatoriamente todos os defeitos de fabricação, instalação, funcionamento, inclusive contra avarias durante o transporte até o local da entrega;

5.3. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos equipamentos fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela CONTRATADA. Nesses casos, o equipamento, componentes ou peças deverão ser substituídos por NOVOS e ORIGINAIS, sem ônus para o CONTRATANTE;

5.4. A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para o CONTRATANTE, toda a evolução tecnológica em software, a qual deverá ser integrada aos equipamentos instalados durante o prazo de vigência da garantia;

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

6.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

7.1. Serão observados em todas as contratações de aquisições materiais e produtos critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Os artigos 7º e 8º da Instrução Normativa TJTO nº 04/2023 – Das Contratações Sustentáveis (Plano de Logística Sustentável - PLS), bem como o art. 3º, inciso XVI, do Anexo III, da IN TJTO nº 04/2023, serão aplicados no que couber.

7.3. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação pertinente e suas eventuais alterações.

7.4. Os licitantes devem oferecer materiais acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

7.5. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

7.6. Em suma, a presente contratação deverá seguir as práticas dos critérios de sustentabilidade, no que couber, a fim de evitar danos ao meio ambiente, em especial contribuirá para a preservação dos recursos naturais, mantendo um ambiente saudável e sustentável, seguindo orientações quanto as legislações atinentes às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:

8.1. O valor _____ deste contrato é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

Unidade Gestora: 060100- FUNJURIS
Classificação Orçamentária: 0601.02.122.1145.4368
Natureza de Despesa: 44.90.52
Fonte de Recursos: 1.760

9.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

9.3. A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a aquisição:

9.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris.

CNPJ: 03.173.154/0001-73

Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro

CEP 77.015-007

Palmas/TO

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:

10.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Sétima deste contrato.

- 10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.
- 10.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente entregue.
- 10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais adquiridos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.
- 10.6. O atesto do(a) fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:
- 10.6.1. Na ausência do (a) fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.
- 10.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.
- 10.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:
- 10.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:
- 10.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.
- 10.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.
- 10.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 10.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.
- 10.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 10.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, onde:
- EM = Encargos Moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$
- Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.
- 10.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 10.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:

- 11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha substituí-lo.
- 11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.
- 11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:
- 11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e
- 11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.
- 11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

- 12.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:
- 12.1.1. Para os fins previstos no item 12.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.
- 12.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.
- 12.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 12.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 13.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 13.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta aquisição, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

13.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

13.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 13.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

14.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1. A CONTRATADA obriga-se a:

15.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;

15.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

15.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

15.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

15.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

15.1.6. Manter, durante o fornecimento dos materiais, nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

15.1.7. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

15.1.8. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

15.1.9. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;

15.1.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seu anexo, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

15.1.12. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

15.1.13. A CONTRATADA deve dispor de canal de comunicação direto e/ou eletrônico que permita a geração de número de protocolo ou outra forma de registro individual para as aberturas dos chamados de assistência técnica, por meio do qual poder(ão) ser realizado(s) o primeiro atendimento e sanados problemas de fácil resolução;

15.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.1.15. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

15.1.16. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.1.17. Atender durante toda a contratação, se for o caso de enquadramento, as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho, conforme abaixo, pertinentes à natureza do objeto deste Contrato, sob a pena de rescisão contratual:

15.1.17.1. NR 1 – Disposições Gerais;

15.1.17.2. NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

15.1.17.3. NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), que vai interagir com a CIPA do Tribunal de Justiça do Estado;

15.1.17.4. NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

15.1.17.5. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

15.1.17.6. NR 9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

15.1.17.7. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

15.1.17.8. NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;

15.1.17.9. NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

15.1.17.10. NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados;

15.1.17.11. NR 35 – Medidas de proteção para o trabalho em altura.

15.1.18. A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

15.1.19. Não contratar, ou admitir como sócios, pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento ou exercentes de função gratificada da mesma natureza ou, ainda, de magistrados vinculados ao Poder Judiciário do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

16.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

16.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.1.3. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste contrato;

16.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

16.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

16.1.6. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

16.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

16.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.1.10. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

16.1.11. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano

causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

17.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 17.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 17.1.1, 17.1.2 ou 17.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

17.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

17.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

17.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

17.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, da Cláusula Décima deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 17.1.4.

17.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 17.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

17.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 17.1.5 e 17.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

17.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

17.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

17.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 17.1.11;

17.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

17.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

17.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá

observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:

- 18.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:
- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 18.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 18.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:
- 18.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 18.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:
- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO:

- 19.1. O presente contrato fica vinculado aos autos _____ e _____.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:

- 20.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 20.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

- 21.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.
- 21.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:

- 22.1. É vedado à CONTRATADA:
- 22.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;
- 22.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;
- 22.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- 22.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;
- 22.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

- 23.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.
- 23.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

- 24.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.
- 24.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

- 25.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;
- II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 25.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.
- 25.3. A finalidade do tratamento de dados:
- I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).
- 25.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.
- 25.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 25.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

25.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

25.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

25.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

25.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

25.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

25.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

25.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO CONSENTIMENTO:

26.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 25.4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:

27.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

27.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

27.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

28.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28.2. Os empregados incumbidos da entrega dos materiais não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

28.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

28.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO FORO:

29.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

ANEXO

MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

CONSIDERANDO, ainda, o contrato nº ____/202_, referente ao Processo Administrativo nº _____, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa _____, que tem por objeto aquisição de _____ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como gestor(a) do contrato nº ____/202_ e o(a) servidor(a) _____ - matrícula _____, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

Parágrafo único – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

ANEXO IV

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO I

DAS PENALIDADES

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

CAPÍTULO III

DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV

DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;

II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;

III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;

IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

ANEXO V

Estudo Técnico Preliminar nº 457/2025
PRESIDÊNCIA/ASMIL/ASMIL CONTRATOS

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Unidade Técnica:	Assessoria Militar da Presidência - ASMIL	Data: 03/12/2025
Responsável pela Elaboração:	Leonardo Gomes Coelho Lagares	Matrícula nº. 366454
Categoria do Objeto:	Aquisição de Bens	

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A ausência de controle de acesso adequado expõe o Tribunal a riscos elevados, permitindo a entrada de itens que podem comprometer a segurança nas dependências. Essa vulnerabilidade compromete a integridade física de magistrados, servidores e usuários, além de colocar em risco o patrimônio público.
- 2.2. Em consonância com a **Resolução CNJ nº 435/2021**, que orienta a adoção de medidas preventivas de segurança no Poder Judiciário, a instalação de portais detectores de metais configura-se como uma ferramenta imprescindível para o controle de acesso. A norma reconhece que essas tecnologias são necessárias para garantir a segurança institucional e proteger todos os frequentadores das instalações judiciais.
- 2.3. Reforçando esse entendimento, o **Relatório de Inspeção Ordinária nº 0000182-73.2024.2.00.0000**, emitido pela Corregedoria Nacional do CNJ, identificou a necessidade de aprimorar o controle de acesso no TJTO. O documento recomenda expressamente a adoção de sistemas modernos de segurança, como os portais detectores de metais, para assegurar a integridade das instalações e dos usuários do Tribunal.
- 2.4. Diante desse cenário, a aquisição de **portais detectores de metais do tipo pórtico** tem como objetivo implementar medidas eficazes de segurança nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), abrangendo suas **unidades judiciais (comarcas e fóruns)** e **unidades administrativas**. A adoção dessa tecnologia é essencial para garantir um ambiente seguro para todos os usuários do Tribunal.
- 2.5. Sob a perspectiva do interesse público, a instalação desses portais visa assegurar que magistrados, servidores e visitantes possam transitar pelas dependências do Tribunal de forma segura, livres da exposição a itens perigosos. Essa medida também fortalece a confiança da população nas instituições judiciais, promovendo um ambiente de ordem e tranquilidade.
- 2.6. A implementação dessa tecnologia traz benefícios significativos em termos de eficiência e transparência na gestão pública. O uso responsável dos recursos públicos, aliado à adoção das melhores práticas de segurança institucional, demonstra o compromisso do Tribunal com a legalidade, a proteção do patrimônio público e a prevenção de situações de risco.
- 2.7. O controle de acesso eficaz proporcionado pelos portais detectores de metais contribui para a criação de um ambiente mais organizado e seguro, favorecendo o bom andamento das atividades judiciais e a qualidade da prestação jurisdicional. A tecnologia também reduz a ocorrência de incidentes de segurança, evitando custos e danos que poderiam comprometer o funcionamento do Tribunal.
- 2.8. A proteção da segurança institucional, além de ser uma prioridade para a preservação da justiça, impacta diretamente o bem-estar coletivo. Com a implementação dessa tecnologia, o Tribunal melhora a qualidade dos serviços prestados e assegura que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente e eficaz, em benefício de toda a sociedade

3. UNIDADE DEMANDANTE

Unidade Demandante:	Assessoria Militar da Presidência - ASMIL	Data: 03/12/2025
Responsável Pela Formalização:	Messias Lopes da Conceição Júnior	Matrícula nº.: 353447

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de qualidade

4.1.1. Sensibilidade e Precisão na Detecção

- 4.1.1.1. Capacidade de detectar objetos metálicos de diversos tamanhos, incluindo armas de fogo, facas e pequenas peças metálicas.
- 4.1.1.2. Ajuste de sensibilidade por zonas (mínimo de 8 zonas) para identificar a altura e a localização do metal detectado no corpo da pessoa.
- 4.1.1.3. Baixa taxa de alarmes falsos, evitando detecções indevidas de itens como botões metálicos e chaves pequenas.

4.1.2. Segurança e Confiabilidade

- 4.1.2.1. Imunidade a interferências eletromagnéticas, garantindo funcionamento confiável mesmo em ambientes com equipamentos eletrônicos próximos.
- 4.1.2.2. Proteção contra manipulações e tentativas de sabotagem, como sensores antivolação e alarmes de segurança.

4.1.3. Estrutura e Construção

- 4.1.3.1. Material resistente e estrutura robusta.
- 4.1.3.2. Resistência a impactos mecânicos e vibrações, garantindo longevidade do equipamento.
- 4.1.3.3. Design discreto e profissional, adequado para ambientes institucionais.

4.1.4. Facilidade de Instalação e Manutenção

- 4.1.4.1. Sistema modular para montagem e desmontagem simples, sem necessidade de ferramentas especiais.
- 4.1.4.2. Compatibilidade com nobreaks e sistemas de backup de energia.

4.1.5. Garantia e Assistência Técnica

- 4.1.5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto
- 4.1.5.2. Entende-se por garantia a cobertura de todo e qualquer defeito, avaria desgaste ou disfunção ocorrida no objeto, independentemente de ser ou não decorrente de falha na fabricação. A exclusão de responsabilidade sob alegação de uso incorreto somente será admitida após reconhecimento pela CONTRATANTE;
- 4.1.5.3. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica corretiva, incluindo fornecimento e substituição de peças e acessórios durante o todo o período de vigência da GARANTIA, de acordo com os manuais do fabricante, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 4.1.5.4. A CONTRATADA disponibilizará, sem ônus para o CONTRATANTE, toda a evolução tecnológica em software, a qual deverá ser integrada aos equipamentos instalados durante o prazo de vigência da garantia;

4.1.6 Treinamento

- 4.1.6.1. Ministrar treinamento de, no mínimo, 4 (quatro) horas, podendo ser online, para equipe indicada pelo contratante, a fim de passar as instruções básicas das funcionalidades do aparelho, os programas existentes, os níveis de sensibilidade, e o guia para realizar a correta configuração, conforme as necessidades de operação.

4.2. Elementos técnicos e mercadológicos

4.2.1. Aspectos Técnicos

- 4.2.1.1. Os portais detectores de metais devem atender aos seguintes requisitos:
- 4.2.1.1.1. Tecnologia de detecção: Capacidade de detectar metais ferrosos e não ferrosos, com mínimo de 8 zonas de detecção para identificar a posição exata do metal na pessoa.
- 4.2.1.1.2. Capacidade de inspeção: O portal deve ser capaz de inspecionar até 10 pessoas por minuto, com iluminação indicativa para sinalizar a altura do metal detectado.
- 4.2.1.1.3. Integração e monitoramento: Sistema com displays LCD para exibição de informações e contadores de tráfego e alarmes.

4.2.2. Aspectos Mercadológicos

- 4.2.2.1. Análise de Mercado: O mercado de portais detectores de metais é altamente competitivo, com diversos fornecedores oferecendo soluções de alta qualidade.
- 4.2.2.2. Inovações e Tendências: A tecnologia está evoluindo, com portais mais inteligentes e discretos, incluindo integração com câmeras de segurança e sensores sem estrutura metálica.
- 4.2.2.3. Concorrência e Qualidade dos Fornecedores: A alta competitividade no mercado garante a oferta de produtos de qualidade, com garantias e assistência técnica eficientes.

4.3. Natureza da Contratação

4.3.1. A contratação não será de natureza continuada, pois o objeto envolve o registro de preços para aquisição de portais detectores de metais, conforme as especificações e quantidades a serem definidas no Termo de Referência, conforme a necessidade do PJTO.

4.4. Duração Inicial do Contrato

- 4.4.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, conforme o disposto no **art. 84, §3º, da Lei nº 14.133/2021**.
- 4.4.2. Durante esse período, poderão ser realizadas contratações conforme a necessidade das unidades do Tribunal, observadas as condições e os preços registrados.
- 4.4.3. A **prorrogação da Ata de Registro de Preços**, quando cabível, observará os critérios de economicidade e vantajosidade, em conformidade com o **art. 35 da Instrução Normativa TJTO nº 04/2023**.

4.5. Identificação de Objetos que Atendam os Requisitos Especificados

- 4.5.1. O objeto da contratação será o fornecimento de portais detectores de metais, conforme as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, atendendo às necessidades de segurança e controle de acesso nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).
- 4.5.2. O mercado conta com diversos fornecedores e marcas, já que os portais detectores de metais não são equipamentos exclusivos, possibilitando ampla concorrência e opções no fornecimento.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Pesquisa e Análise de Contratações Públicas Similares

5.1.1. Na fase inicial de planejamento, realizamos pesquisas por meio de buscas em outros editais disponíveis nas páginas oficiais de órgãos públicos, especialmente tribunais, com o objetivo de estudar e avaliar a melhor solução a ser contratada. Para isso, consideraram-se diferentes fontes, incluindo contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, visando identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da Administração.

5.1.2. Com essa abordagem de prospecção e análise das alternativas possíveis, verificou-se a existência de contratações similares, listadas a seguir:

CONTRATANTE	OBJETO	LINK	PREGÃO	STATUS
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA - RJ	Aquisição de portais detectores de metais, incluindo instalação e repasse de instruções, através de Registro de Preços, válido por 01 (um) ano, prorrogável por igual período.	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=09001605900162024	Pregão Eletrônico nº 90016/2024 (SRP)	Homologado
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada, visando à aquisição, instalação e treinamento de Aparelho de Inspeção de Bagagens e Pacotes (Scanner de Conteúdo) com acessórios e de Aparelho Detectores de Metal Tipo Portal (Pórticos) para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado de MT, das Comarcas de Entrância Única, incluindo as entregas descentralizadas nas Unidades Judiciárias do Estado e demais diretrizes contidas neste edital.	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/3?compra=92500705900172024	Pregão Eletrônico nº 90017/2024 (SRP)	Homologado
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO	Registro de preços de equipamentos e materiais utilizados no controle de acesso e de equipamentos para sistemas de alarme, destinados às Unidades Trabalhistas do Tribunal do Trabalho da 9ª Região.	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=08001205900182025	Pregão Eletrônico nº 90018/2025 (SRP)	Aguardando Julgamento
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ	Registro de preços para eventual aquisição, entrega e instalação de novos portais detectores de metais e fornecimento de bastões manuais de detecção de metais, conforme critérios, especificações e necessidades descritos nos Anexos I e II, partes integrantes deste edital convocatório.	https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=92641505900402025	Pregão Eletrônico nº 90040/2025 (SRP)	Aguardando abertura da sessão pública

5.2. Levantamento de empresas especializadas existentes no mercado

5.2.1. Ao realizar-se os estudos mercadológicos, foi possível identificar as seguintes empresas no mercado especializado capazes de atender a demanda deste Tribunal de Justiça:

POSSÍVEIS FORNECEDORES			
Nº	FORNECEDOR	CNPJ	CONTATO
01	DETRONIX INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	07.404.500/0001-38	Telefone: (54) 3225-7500 / 3289-0600 E-mail: contato@detronix.com.br Site: www.detronix.ind.br
02	VMI SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA	05.293.074/0001-87	Telefone: (31) 3622-0470 Site: www.vmisecurity.com/pt-br/
03	MPCI - METAL PROTECTOR LTDA	03.815.151/0001-96	Telefone: (48) 3253-1000 / 99987-1488 E-mail: vendas2@mpci.com.br
04	TECHSAN SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA	13.639.716/0001-85	Telefone: (13) 3025-2820 E-mail: contato@techscan.com.br Site: www.techscan.com.br
05	ZK TECO	08.057.340/0001-60	Telefone: (31) 3055.3530 Site: www.zkteco.com.br/

06	NETZI ELETRÔNICOS IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	09.003.263/0001-29	Telefone: (51) 3334-0335 E-mail: netzi@netzi.com.br Site: www.netzi.com.br
07	NDB VISION LTDA	11.728.655/0001-05	Telefone: (41) 3098-7770 / (41) 99155-9153 E-mail: mauro.ndbvision@gmail.com Site: www.ndbvision.com.br
08	FX NEGÓCIO E INFORMÁTICA LTDA	13.857.945/0001-76	Telefone: (31) 2626-5239 / (31) 98819-9378 E-mail: comercial@fxbiometria.com.br Site: www.fxbiometria.com.br

5.3. Levantamento de Alternativas Viáveis:

5.3.1. O levantamento de mercado identificou duas alternativas tecnicamente viáveis para atendimento da demanda desta contratação: aquisição ou locação dos equipamentos (portais detectores de metais). Ambas as alternativas preveem a cobertura de manutenção corretiva durante o período de uso dos equipamentos, ainda que por meios contratuais diferentes. A seguir, detalham-se as características, vantagens e limitações de cada opção.

5.3.1.1. Aquisição dos Equipamentos com Garantia Complementar e Manutenção Corretiva: Neste modelo, a Administração Pública realiza a compra definitiva dos equipamentos, incluindo uma garantia complementar com cobertura para manutenção corretiva por um período de 60 (sessenta) meses, conforme prática adotada por outros tribunais, como o TJMT e JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - RJ. A garantia complementar é adicional à garantia legal prevista, proporcionando maior cobertura e segurança para a Administração. As principais características são:

- **Vida útil prolongada:** Os equipamentos possuem vida útil estimada de até 10 (dez) anos, permitindo seu uso além do período da garantia, com possível extensão de suporte técnico conforme necessidade.
- **Manutenção corretiva garantida:** Durante os primeiros 5 anos, a garantia assegura a manutenção corretiva, garantindo suporte técnico especializado, cobertura de falhas e substituição de peças, quando necessário.
- **Posse dos equipamentos:** Os bens passam a integrar o patrimônio da Administração, conferindo autonomia sobre seu uso, remanejamento, atualização tecnológica e gerenciamento.
- **Maior controle institucional:** A Administração pode planejar o uso dos equipamentos de acordo com suas necessidades, sem limitações impostas por contrato de locação.

5.3.1.2. Locação dos Equipamentos: Neste modelo, os equipamentos são fornecidos por empresa contratada pelo tempo de vigência do contrato, incluindo serviços de **manutenção corretiva**, sem aquisição dos bens. As principais características são:

- **Manutenção incluída:** O contrato de locação contempla manutenção corretiva durante todo o período de uso. Isso garante funcionamento contínuo dos equipamentos sem necessidade de contratação separada.
- **Sem aquisição de ativos:** Os equipamentos permanecem sob responsabilidade da empresa contratada. Ao término do contrato, os bens são devolvidos, e a Administração deve avaliar nova contratação, renovação ou substituição da solução.
- **Menor investimento inicial:** A locação exige menor aporte de recursos no início do contrato, com pagamentos mensais ao longo do tempo, o que pode facilitar a execução orçamentária em curto prazo.
- **Dependência contratual para continuidade do serviço:** A manutenção e a própria disponibilidade dos equipamentos dependem da vigência e execução do contrato. Eventuais falhas contratuais podem impactar a continuidade dos serviços.

5.4. Comparação das Alternativas:

Critério	Aquisição com garantia complementar e manutenção corretiva (60 meses)	Locação com manutenção inclusa
Posse dos equipamentos	Sim – os bens integram o patrimônio da Administração	Não – os equipamentos pertencem à contratada
Manutenção	Inclusa por 5 anos, conforme escopo contratual	Inclusa durante a vigência da locação
Continuidade após 5 anos	Sim – os equipamentos continuam em uso e a manutenção pode ser recontratada	Não – é necessário novo contrato para continuar a solução
Investimento inicial	Alto – pagamento concentrado no início	Baixo – pagamentos diluídos mensalmente
Custo total ao longo dos anos	Mais econômico – investimento amortizado	Potencialmente mais oneroso a longo prazo
Flexibilidade contratual	Alta – liberdade para definir futuras manutenções ou atualizações	Limitada – sujeita às condições da empresa locadora
Dependência de terceiros	Parcial – para manutenção	Total – para uso e manutenção dos equipamentos

5.5. Escolha da Melhor Alternativa:

5.5.1. Após a análise comparativa, conclui-se que a **aquisição dos equipamentos**, acompanhada de garantia complementar e manutenção corretiva de 60 meses, representa a **alternativa mais vantajosa** para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Essa escolha se fundamenta nos seguintes aspectos:

5.5.1.1. Posse dos equipamentos, que passam a integrar o patrimônio do Tribunal, conferindo autonomia para uso, remanejamento e futuras atualizações;

5.5.1.2. Manutenção contratada por 5 anos, garantindo suporte técnico contínuo equivalente ao previsto na locação;

5.5.1.3. Economicidade a longo prazo, considerando a vida útil dos equipamentos estimada em até 10 anos e a amortização do investimento;

5.5.1.4. Redução da dependência contratual, permitindo flexibilidade na gestão e eventuais contratações futuras após o período inicial de manutenção.

5.5.2. Assim, a aquisição com manutenção corretiva contratada alinha-se aos princípios da **economicidade**, **eficiência**, **autonomia administrativa** e **continuidade do serviço público**, configurando-se como a solução técnica e economicamente mais adequada para a Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA.

6.1. Características gerais:

6.1.1. A estrutura do equipamento deverá ser suficientemente robusta e resistente a impactos mecânicos como colisão, choque e pressões provocadas pelo tráfego de pessoas, e possuir dispositivo para fixação no piso imune à penetração de água;

6.1.2. Possuir painéis laváveis e indeformáveis dotados de bordas a prova de impactos proporcionando uma eficiente proteção mecânica e de umidade;

6.1.3. Deverá ter capacidade de indicação, através de painel eletrônico com, no mínimo, 8 zonas distintas (independentes) de detecção de metal;

6.1.4. Possuir capacidade de detecção de alta sensibilidade de objetos metálicos ferrosos e não ferrosos de dimensões e massas variados, conforme norma NIJ Standard 0601-02 Walk-Through Metal Detectors

for Use in Concealed Weapon and Contraband Detection (objetos médios e objetos grandes deverão atender a norma supracitada)

6.1.5. Ter capacidade de detecção de todos os modelos de armas de fogo em todas as orientações, inclusive a de calibre 6.35 PT 51;

6.1.6. Possuir condições de inspecionar, no mínimo, 10 pessoas por minuto;

6.1.7. Deverá ter as áreas de detecção indicadas por meio de pictograma de leds no painel de funções ou na estrutura do equipamento demonstrando cada zona detectável independente;

6.1.8. Possuir sinaleira luminosa indicando a ocorrência de uma detecção (vermelho) ou equipamento pronto para operar (verde);

6.1.9. Operar a uma distância de 30 (trinta) centímetros de um equipamento de Raios X, ou qualquer outro equipamento eletromagnético, sem apresentar mudanças na homogeneidade de detecção ou falsos alarmes causados por interferências eletromagnéticas;

6.1.10. Possuir proteção contra ruídos e interferências de origem eletromagnética (rádio VHF, UHF, telefone sem fio, telefone celular, etc.), principalmente de fontes externas de radiofrequência ou estrutura metálica do local de instalação, evitando que o alarme do pórtico dispare;

6.1.11. Possuir sistema de calibração automática;

6.1.12. Alimentação bivolt 100/240V;

6.1.13. Nobreak com autonomia para, no mínimo, 4h;

6.1.14. Instalação, fixação, ativação e testes inclusos na proposta.

6.2. Da modalidade sugerida para contratação.

6.2.1. A modalidade sugerida será o **Pregão Eletrônico**, adotando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento de **menor preço**, para futura e eventual contratação, com fundamento no **art. 82 da Lei nº 14.133/2021**.

6.2.2. Trata-se de aquisição de materiais permanentes, cuja natureza demanda contratações frequentes e entregas parceladas, conforme as necessidades que surgirem no âmbito do TJTO. Considerando que não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado, o uso do SRP é o modelo mais adequado e amplamente utilizado pela Administração Pública para esse tipo de contratação.

6.2.3. O SRP também se mostra a melhor opção nos termos do **art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462/2023**, pois não é possível estimar previamente o quantitativo de portais detectores de metais que poderá ser demandado durante a vigência da ata, considerando que a implementação da **Resolução CNJ nº 435/2021** ocorre de forma gradual.

6.2.4. Adicionalmente, considerando a **disponibilidade orçamentária** deste Egrégio Tribunal de Justiça, a adoção do SRP permite a realização de contratações conforme a real necessidade das unidades, promovendo maior **flexibilidade na execução orçamentária, otimização dos recursos públicos e racionalização dos processos administrativos**. A eventual necessidade de elaborar nova ata para suprir futuras demandas geraria custos administrativos adicionais, contrariando o **princípio da eficiência**, previsto no **art. 37 da Constituição Federal de 1988**.

6.2.5. Dessa forma, por se tratar de aquisição comum, entende-se que a solução que melhor atende aos interesses e necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins é a realização de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, com **critério de julgamento de menor preço**, adotando o **Sistema de Registro de Preços**, com fundamento na **Lei nº 14.133/2021** e no **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

7.1. Estima-se a aquisição de até **40 (quarenta) unidades** de portais detectores de metais, abrangendo **unidades judiciais (comarcas e fóruns)** e **unidades administrativas** do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

7.2. A quantidade prevista garante **cobertura integral e padronizada** para todas as localidades do Tribunal, uniformizando os procedimentos de inspeção de acesso e fortalecendo a segurança física de magistrados, servidores e usuários.

7.3. Cada localidade da estrutura organizacional do TJTO receberá **uma unidade do equipamento**, podendo a distribuição ser ajustada no Termo de Referência conforme necessidades de layout, fluxo de pessoas ou expansão da estrutura.

7.4. A aquisição no quantitativo estimado assegura a **efetividade das medidas de controle de segurança**, garantindo padronização e eficiência na operação dos portais detectores de metais.

LOCAIS E QUANTIDADES				
REGIÃO SUL				
MUNICÍPIO	UNIDADE/COMARCA	FLUXO DE PESSOAS	CONDIÇÃO FÍSICA	EQUIPAMENTO
		Escolher entre as seguintes opções:	Escolher entre as seguintes opções:	PORTAL DETECTOR DE METAIS
		1. Alto, 2. Médio, 3. Baixo	1. Comporta. 2. Não comporta, sem grande reforma na recepção. 3. Comporta, com pequenos ajustes na recepção. 4. Comporta, com reforma da recepção.	QTD
Alvorada/TO	Fórum da Comarca de Alvorada/TO	Médio	3	01
Araguaçu/TO	Fórum da Comarca de Araguaçu/TO	Médio	3	01
Formoso do Araguaia/TO	Fórum da Comarca de Formoso do Araguaia/TO	Alto	3	01
Palmeirópolis/TO	Fórum da Comarca de Palmeirópolis/TO	Médio	3	01
Paranã/TO	Fórum da Comarca de Paranã/TO	Médio	3	01
Peixe/TO	Fórum da Comarca de Peixe/TO	Médio	3	01
Gurupi/TO	Fórum da Comarca de Gurupi/TO	Alto	3	01
Arraias/TO	Fórum da Comarca de Arraias/TO	Médio	3	01
Dianópolis/TO	Fórum da Comarca de Dianópolis/TO	Alto	3	01
Natividade/TO	Fórum da Comarca de Natividade/TO	Médio	3	01
Taguatinga/TO	Fórum da Comarca de Taguatinga/TO	Médio	3	01

REGIÃO NORTE				
MUNICÍPIO	UNIDADE/COMARCA	FLUXO DE PESSOAS	CONDIÇÃO FÍSICA	EQUIPAMENTOS
				PORTAL DETECTOR DE METAIS
				QTD
Araguaína/TO	Fórum da Comarca de Araguaína/TO	Alto	1	01
Ananás/TO	Fórum da Comarca de Ananás/TO	Baixo	3	01
Araguatins/TO	Fórum da Comarca de Araguaatins/TO	Médio	3	01
Augustinópolis/TO	Fórum da Comarca de Augustinópolis/TO	Médio	3	01
Colinas do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Colinas do Tocantins/TO	Médio	3	01
Colméia/TO	Fórum da Comarca de Colméia/TO	Médio	3	01
Filadélfia/TO	Fórum da Comarca de Filadélfia/TO	Médio	3	01
Goiatins/TO	Fórum da Comarca de Goiatins/TO	Médio	3	01
Itaguatins/TO	Fórum da Comarca de Itaguatins/TO	Médio	3	01
Tocantinópolis/TO	Fórum da Comarca de Tocantinópolis/TO	Médio	3	01
Wanderlândia/TO	Fórum da Comarca de Wanderlândia/TO	Médio	3	01
Xambioá/TO	Fórum da Comarca de Xambioá/TO	Médio	3	01
Arapoema/TO	Fórum da Comarca de Arapoema/TO	Médio	3	01
REGIÃO CENTRAL				
MUNICÍPIO	UNIDADE/COMARCA	FLUXO DE PESSOAS	CONDIÇÃO FÍSICA	EQUIPAMENTOS
				PORTAL DETECTOR DE METAIS
				QTD
Miracema do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Miracema do Tocantins/TO	Médio	3	01
Miranorte/TO	Fórum da Comarca de Miranorte/TO	Médio	3	01
Novo Acordo/TO	Fórum da Comarca de Novo Acordo/TO	Médio	3	01
Paraíso do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Paraíso do Tocantins/TO	Médio	3	01
Porto Nacional/TO	Fórum da Comarca de Porto Nacional/TO	Alto	3	01
Ponte Alta do Tocantins/TO	Fórum da Comarca de Ponte Alta do Tocantins/TO	Médio	3	01
Cristalândia/TO	Fórum da Comarca de Cristalândia/TO	Médio	3	01
Araguacema/TO	Fórum da Comarca de Araguacema/TO	Médio	3	01
Guaraí/TO	Fórum da Comarca de Guaraí/TO	Médio	3	01
Itacajá/TO	Fórum da Comarca de Itacajá/TO	Médio	3	01
Pedro Afonso/TO	Fórum da Comarca de Pedro Afonso/TO	Médio	3	01
Palmas/TO	Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça	Alto	1	01
	Corregedoria Geral de Justiça	Médio	3	01

	Escola Superior da Magistratura Tocantinense – ESMAT	Alto	3	01
	Fórum da Comarca de Palmas	Alto	1	01
	Anexo I	Alto	1	01
TOTAL				40

7.5. Contratações anteriores.

7.5.1. Conforme SEI nº (13.0.000037515-7) Contrato nº 179/2013 (0357948), aquisição de 05 (cinco) equipamentos no Valor R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), atendendo as Comarcas de: 01 - Araguaína, 01- Gurupi, 01- Palmas, 01 - Paraíso do Tocantins e 01 - Tribunal de Justiça e (16.0.000004104-5), Contrato nº 128/2016 (1078771), aquisição de 11 (onze) Detectores de Metais do Tipo Pórtico, no valor de R\$ 52.847,19 (cinquenta e dois Mil oitocentos e quarenta e sete reais dezenove centavos), atendendo as Comarcas de: 02 - Araguaína, 01 Gurupi, 01- Porto Nacional, 01- Paraíso do Tocantins, 01 - Guaraí, 01 - Pedro Afonso, 01 - Arraias, 01 - Dianópolis, 01 - Araguatins, 01 - Tocantinópolis, sendo que, todo material fora dado baixa e desinstalado por ser inservível no ano 2022.

7.6. Memória de cálculo.

7.6.1. O quantitativo apresentado considera a necessidade de todas as unidades judiciais (comarcas e fóruns) e unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) necessitarem de, **no mínimo, um portal** detector de metais para fiscalizar a entrada principal da Unidade. Este equipamento poderá também ser utilizado para a fiscalização da entrada do Tribunal do Júri.

8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Em razão da quantidade e das especificidades deste objeto, a pesquisa de preços detalhada será realizada pela Central de Compras (CCOMPRAS), responsável pela consolidação da estimativa de custos com base nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência (TR).

8.2. **Detector, com base nas contratações similares consultadas** junto a outros órgãos públicos (item 5.1 deste ETP), **estima-se valor unitário médio entre R\$ 25.000,00 e R\$ 35.000,00 por unidade de portal detector de metais**, o que resultaria em valor global aproximado entre **R\$ 1.025.000,00 e R\$ 1.435.000,00**, considerando o quantitativo estimado de 40 unidades.

8.3. A pesquisa de preços a ser realizada pela CCOMPRAS servirá para refinar essa estimativa, assegurando maior fidedignidade às informações e conformidade com os procedimentos institucionais previstos na **Instrução Normativa TJTO nº 04/2023**. O Termo de Referência incluirá a planilha orçamentária consolidada, com a composição detalhada dos custos unitários e totais apurados.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

9.1. Conforme previsto no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a contratação em questão contempla a aquisição de **múltiplas unidades de um mesmo item padronizado**, com características técnicas e funcionais homogêneas. Trata-se, portanto, de um **item único** em sua natureza, cuja repetição quantitativa não justifica parcelamento, uma vez que não há variação entre os elementos que compoñham o objeto.

9.2. A contratação integral favorece a **economia de escala**, permitindo condições comerciais mais vantajosas, além de **otimizar os recursos públicos e reduzir os custos operacionais e administrativos relacionados à gestão de contratos múltiplos**.

9.3. Do ponto de vista técnico, a divisão do objeto poderia comprometer a **padronização** e a **interoperabilidade dos equipamentos**, gerando dificuldades futuras de manutenção, suporte técnico e gestão centralizada dos bens adquiridos.

9.4. A pesquisa de mercado realizada evidenciou a existência de fornecedores com plena capacidade técnica e comercial para atender à totalidade do quantitativo estimado, sem prejuízo à competitividade do certame nem risco de concentração indevida.

9.5. Diante desses elementos, **conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica ou economicamente viável**, sendo recomendada a aquisição integral do item como medida que assegura a economicidade, a eficiência e a segurança jurídica do processo licitatório.

10. CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar apresenta correlação direta com o Contrato de Vigilância Armada, formalizado no Processo SEI nº 23.0.000042042-5, considerando que os profissionais alocados no referido contrato possuem, entre suas atribuições, a operação dos portais detectores de metais instalados nas unidades do Tribunal de Justiça.

10.2. A execução adequada dos serviços de vigilância e controle de acesso depende da instalação e operacionalização eficiente dos equipamentos ora em aquisição, caracterizando interdependência técnica e funcional entre os objetos. Ademais, a iniciativa mantém vínculo direto com o Processo SEI nº 24.0.000004495-0, que trata do Sistema Integrado de Segurança (SIS), projeto institucional destinado à integração dos sistemas de controle de acesso e vídeo-monitoramento nas dependências do Poder Judiciário Tocantinense.

10.3. Assim, esta contratação insere-se no contexto das ações estratégicas de aprimoramento da segurança física e patrimonial das unidades judiciais, apresentando caráter complementar e coordenado em relação às iniciativas correlatas, de modo a assegurar a padronização tecnológica, interoperabilidade dos sistemas e continuidade dos serviços essenciais de vigilância e controle de acesso.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. Maior controle na fiscalização, com equipamentos que ampliam a eficiência das ações preventivas contra a entrada de itens que possam ameaçar o funcionamento do Tribunal, complementando os serviços de vigilância terceirizada.

11.2. Implantação de sistema eficiente de controle de acesso, restringindo a entrada de materiais proibidos nas dependências do TJTO.

11.3. Detecção rápida e precisa de armas e outros objetos metálicos, reduzindo o risco de incidentes e garantindo a segurança de pessoas e do patrimônio institucional.

11.4. Possibilidade de adoção ágil de medidas preventivas e corretivas, como revistas e acionamento imediato da equipe de segurança interna, assegurando respostas adequadas a situações de risco.

11.5. Melhoria da percepção de segurança entre servidores, magistrados e público, fortalecendo a confiança nas instituições e promovendo maior sensação de tranquilidade.

11.6. Atendimento às normas de segurança do CNJ (Resolução nº 435/2021), prevenindo a entrada de itens perigosos e protegendo pessoas e patrimônio público.

11.7. Contribuição para a manutenção da ordem pública e para o desenvolvimento regular das atividades judiciais e administrativas no TJTO.

11.8. Garantia de padronização tecnológica, interoperabilidade dos sistemas e continuidade da vigilância, promovendo segurança institucional, eficiência operacional e otimização dos recursos disponíveis.

11.9. Economicidade, promovida pela redução de custos com contingências e incidentes de segurança, pela otimização da alocação de pessoal e pela racionalização do uso de recursos materiais e tecnológicos, garantindo maior aproveitamento do orçamento disponível.

12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Para viabilizar a execução do contrato e assegurar a operação adequada dos portais detectores de metais, deverão ser adotadas as seguintes providências preliminares:

12.1.1. **Planejamento do recebimento e armazenamento temporário:** organizar espaços físicos adequados em cada unidade para recepção, conferência e armazenamento provisório dos equipamentos, garantindo integridade e segurança dos aparelhos.

12.1.2. **Designação de servidor fiscal:** nomear servidor tecnicamente qualificado para acompanhar a execução do contrato, controlar prazos e verificar a conformidade dos serviços prestados pela contratada.

12.1.3. **Gestão ambiental das embalagens:** recolher e destinar adequadamente as embalagens e resíduos gerados na entrega e instalação dos equipamentos, de forma a minimizar impactos ambientais e atender às normas de sustentabilidade do Tribunal.

12.1.4. **Adequação de layout físico:** revisar e ajustar o layout das recepções e áreas de instalação, de modo a garantir o correto posicionamento dos portais e a fluidez do fluxo de pessoas, atendendo aos requisitos de segurança.

12.1.5. **Infraestrutura elétrica:** providenciar a disponibilidade de tomadas simples nos locais de instalação, compatíveis com os portais detectores de metais. Considerando que os equipamentos funcionam com conexão padrão, não se prevê necessidade de intervenções elétricas complexas.

12.1.6. **Capacitação da equipe operacional:** indicar servidores ou colaboradores que receberão treinamento da contratada para operação correta, monitoramento e manuseio seguro dos portais detectores de metais.

12.1.7. **Organização do fluxo de usuários:** instalar pedestais, fitas ou barreiras para delimitar filas e orientar a passagem pelos portais, garantindo ordenamento e segurança durante a inspeção.

12.1.8. **Coleta de objetos metálicos:** disponibilizar caixas coletoras ou dispositivos móveis adequados para retenção temporária de objetos metálicos durante a passagem pelos portais, assegurando controle seguro e higienização adequada.

12.2. Todas as providências acima deverão ser concluídas antes da instalação definitiva dos portais, garantindo a eficiência operacional, segurança física e ambiental nas unidades contempladas pelo contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A contratada deve agir em conformidade com as leis e normas vigentes, incluindo a legislação ambiental, para evitar danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na execução dos processos de fabricação, transporte e entrega dos equipamentos. A atenção especial deve ser dada às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, que regulamenta a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

13.2. O descarte dos equipamentos e componentes após o fim da vida útil deve seguir as orientações ambientais de logística reversa, conforme preconizado pela PNRS. A logística reversa envolve o retorno dos produtos aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, para reaproveitamento ou descarte ambientalmente adequado. A Resolução CONAMA nº 401/2008, que dispõe sobre o descarte de pilhas e baterias, também deve ser observada, garantindo que esses componentes sejam destinados a locais de coleta autorizados.

13.3. O descarte inadequado de componentes eletrônicos pode resultar na geração de resíduos eletrônicos. Esses resíduos contêm substâncias tóxicas como chumbo, mercúrio e cádmio, que podem causar sérios impactos ambientais e à saúde humana se não forem gerenciados corretamente. A reciclagem adequada desses materiais é essencial para minimizar os impactos ambientais e deve ser realizada por empresas certificadas para esse fim, em conformidade com a PNRS e as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a gestão de resíduos eletrônicos.

13.4. Estes portais contêm sensores e baterias que, se descartadas inadequadamente, podem liberar metais pesados e outras substâncias tóxicas no meio ambiente. A Resolução CONAMA nº 401/2008 especifica os procedimentos para o descarte correto de pilhas e baterias, obrigando os fabricantes e importadores a estruturar e implementar sistemas de coleta e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos. Além disso, a Lei nº 12.305/2010 também impõe a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, incentivando o descarte correto e a reciclagem.

14. PREVISÃO NO PCA

14.1 A contratação pretendida está prevista no subitem 06 do PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL ASMIL 2026, constante no Processo SEI nº 25.0.000008848-2 ev. (6564593).

15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Considerando a necessidade da contratação já demonstrada neste Estudo Técnico Preliminar, a Assessoria Militar (ASMIL) **entende que a contratação é viável e razoável**, sendo necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 02/02/2026, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **6961417** e o código CRC **AEC7543E**.